

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCAS ARAUJO DA SILVA

**REFLEXOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ESOCIAL NOS CONTROLES INTERNOS:
ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS EMPRESAS DE MONTENEGRO/RS**

**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
2019**

LUCAS ARAUJO DA SILVA

**REFLEXOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ESOCIAL NOS CONTROLES INTERNOS:
ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS EMPRESAS DE MONTENEGRO/RS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I e II: Prof. Me. Diego Luís
Bertollo

**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
2019**

LUCAS ARAUJO DA SILVA

**REFLEXOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ESOCIAL NOS CONTROLES INTERNOS:
ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS EMPRESAS DE MONTENEGRO/RS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Aprovado em: 04/07/2019.

Banca Examinadora

Prof. Ms. Diego Luiz Bertollo
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Ms. Cleusa Marli Gollo Bitencourt
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Ms. Leandro Rogerio Schiavo
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma se fizeram presentes, em especial a minha família e minha namorada, que sustentaram apoio em todos os momentos e contribuíram com que atingisse os objetivos propostos.

AGRADECIMENTOS

Reconheço primeiramente a Deus por ter concedido a mim o dom da vida, possibilitando todos os dias usufruir dela para vivenciar ao lado das pessoas que amo e aprimorar meus conhecimentos.

Em especial aos meus pais, Edgar e Solange, e ao meu irmão e minha cunhada, Vinícius e Bruna. Mais do que apoio e incentivo, deles recebi amor incondicional e aprendi a importância do respeito, da educação e da integridade, valores que carregarei durante toda a vida.

Agradeço imensamente à minha namorada, Angélica, com quem amo partilhar cada segundo da minha vida. Meus mais sinceros sentimentos de gratidão, por sua capacidade de me trazer paz, pelos anos de dedicação, abrigo e amor.

Aos meus amigos e aos meus colegas de trabalho que me deram todo o apoio e compreensão para a realização deste trabalho, meu reconhecimento e agradecimento por ter cruzado com pessoas tão especiais nessa minha jornada.

Por fim, e não menos importante, ao meu orientador, Prof. Me. Diego Luís Bertollo, por todos os seus ensinamentos prestados, desde em sala de aula, como para a conclusão dessa monografia, meu reconhecimento e minha gratidão pela competência e esforços não medidos.

*“O insucesso é apenas uma oportunidade para
recomeçar com mais inteligência.”*

Henry Ford

RESUMO

Os avanços da tecnologia diante ao ambiente profissional proporcionou modificações em relação ao contribuinte e o fisco, dando origem ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Desta forma, gerou-se uma série de alterações quanto as informações declaradas à Receita Federal do Brasil (RFB), sendo uma destas mudanças o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), um módulo de grande complexidade direcionada as rotinas trabalhistas. Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo identificar os impactos que o eSocial provocou nos controles internos das empresas buscando meios de melhorar a eficiência desses processos. À vista disso, o trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa em 10 empresas de comércio, 10 indústria e 10 prestadores de serviços de Montenegro-RS. Com isso, após a análise dos resultados obtidos, os dados demonstram a resistência cultural o fator principal referente a interferência de forma global nos procedimentos internos. Deste modo, aponta-se a qualificação e capacitação da mão de obra, revisão de procedimentos administrativos e aquisição de softwares e suportes afim de atender a legislação e o estabelecido pelo eSocial.

Palavras-chave: Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais previdenciárias e trabalhistas (eSocial). Controles internos. Rotinas trabalhistas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Premissas do Sped	28
Figura 2 – Objetivos da escrituração digital.....	29
Figura 3 – Benefícios do Sped	30
Figura 4 – Módulos do Sped	32
Figura 5 – Cenário antes do eSocial	40
Figura 6 – Cenário após o eSocial	41
Figura 7 – Obrigações sujeitas a substituição.....	41
Figura 8 – Vantagem do eSocial.....	43
Figura 9 – Desvantagem do eSocial.....	44
Figura 10 – Gênero dos entrevistados	51
Figura 11 – Idade dos entrevistados.....	52
Figura 12 – Realização da contabilidade	53
Figura 13 – Relação escolaridade e ramo de atividade	54
Figura 14 – Nível de conhecimento dos entrevistados.....	55
Figura 15 – Nível de preparo dos respondentes	56
Figura 16 – Contato ao eSocial.....	56
Figura 17 – Meios de busca pelo conhecimento	57
Figura 18 – Leitura do manual de orientação.....	58
Figura 19 – Influência nas rotinas internas.....	59
Figura 20 – Mudanças e melhorias	61
Figura 21 – Dificuldades.....	62
Figura 22 – Resistência cultural	63
Figura 23 – Redução no fluxo de trabalho	64

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma	34
Quadro 2 – Eventos iniciais e tabelas	35
Quadro 3 – Eventos não periódicos	37
Quadro 4 – Eventos periódicos	38
Quadro 5 – Multas do eSocial	45
Quadro 6 – Obras relacionadas	46

LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRCMG	Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
CT- e	Conhecimento de Transporte Eletrônico
DIRF	Declaração do Imposto Retido na Fonte
ECD	Escrituração Contábil Digital
ECF	Emissor de Cupom Fiscal
EFD - Social	Escrituração Fiscal Digital Social
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFD-Reinf	Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída
ENAT	Encontro Nacional de Administradores Tributários
eSocial -	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GFIP	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
MDF- e	Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais
MEI	Microempreendedor Individual
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NF- e	Nota Fiscal Eletrônica
NFC- e	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NFS- e	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RET	Registro de Eventos Trabalhistas

RFB	Receita Federal do Brasil
RPPS	Regimes Próprios de Previdência Social
SEFIP	Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
TI	Tecnologia da Informação
UCS	Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	13
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2.1	Definição da questão de pesquisa	15
1.3	OBJETIVOS	16
1.3.1	Objetivo geral.....	16
1.3.2	Objetivos específicos.....	16
1.4	JUSTIFICATIVA	16
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	ORIGEM DA CONTABILIDADE	18
2.1.1	Contabilidade do mundo medieval	19
2.1.2	Mundo moderno	20
2.1.3	Período científico	22
2.2	EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.....	24
2.3	TECNOLOGIA DIGITAL NA ÁREA PROFISSIONAL	26
2.4	SPED.....	27
2.4.1	Módulos do Sped.....	31
2.4.2	Escolha da área de concentração.....	32
2.5	ESOCIAL.....	33
2.5.1	Eventos iniciais e eventos de tabelas	35
2.5.2	Eventos não periódicos	36
2.5.3	Eventos periódicos	38
2.5.4	Unificação de dados.....	39
2.5.5	Vantagens e desafios do eSocial	42
2.5.6	Penalidades eSocial	44
2.6	ESTUDOS RELACIONADOS.....	46
3	METODOLOGIA	48
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	48
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	49

4	ESTUDO DE CASO	50
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SEGMENTOS.....	50
4.2	COLETA DE DADOS	51
4.2.1	Gênero	51
4.2.2	Idade	52
4.2.3	Contabilidade interna e externa	52
4.2.4	Relação escolaridade e ramo de atividade.....	53
4.2.5	Nível de conhecimento sobre o tema	54
4.2.6	Estado de preparação quanto a execução	55
4.2.7	Interação ao eSocial.....	56
4.2.8	Meios de conhecimento	57
4.2.9	Leitura do manual de orientação	58
4.2.10	Impacto nas rotinas internas.....	58
4.2.11	Tipos de mudanças e melhorias	59
4.2.12	Dificuldades obtidas	61
4.2.13	Principal impacto.....	62
4.2.14	Fluxo de trabalho.....	63
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS.....	67
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	73

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A evolução digital tem entrado diariamente no cotidiano da população mundial, com isso percebe-se a adaptação em todos os setores, como na educação, segurança, política e na cultura da sociedade, ocasionando impacto na evolução profissional. Em vista disso, a necessidade da informação para o cruzamento de dados do governo, exigiu com que a contabilidade das empresas e escritórios passassem por reestruturações para atender a demanda (CARVALHO, 2015).

De acordo com Ruschel, Frezza e Utzig (2011) a tecnologia da informação (TI) possibilitou a integração de informações desenvolvidas pelas empresas, permitindo que os contadores utilizem softwares capazes de atender as necessidades da legislação fiscal. Desta forma, impactando contabilidade por reorganizações para adequar-se à demanda introduzida pela globalização tecnológica.

Para Silva, Costa e Silva (2017), na proporção que o mundo evoluiu eletronicamente, a contabilidade seguiu o mesmo caminho e exigências. Através da adoção da escrituração digital, com a utilização de softwares para informatizar o registro dos fatos contábeis ocorridos, ocasionou a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Sendo responsabilidade dos contribuintes em gerar os arquivos de dados para o sistema do Governo Federal, alterando os livros e documentos contábeis de papeis em arquivos digital.

Por sua vez, para suprir todas as informações que é solicitado ao atender a escrituração digital é imprescindível o uso de controles dentro de determinado setor, a fim de evitar erros, retrabalho e riscos para o profissional ou empresa responsável (PACHECO FILHO; KRUGER, 2017). Com este princípio, o controle interno, tanto para o setor público tanto para o privado, possui o dever de cuidar e proteger a empresa. Pretendendo assim cumprir devidamente as normas estabelecidas, zelar e proteger o profissional e empresa de futuras punições decorridas dos órgãos fiscalizadores (LINS, 2012).

Com base em Fiorese, Bôas e Moraes (2013), a complexidade das normas determinantes aos colaboradores pode ocasionar possíveis causas trabalhistas. Por razão disso, verificou a eficácia no aprimoramento de um elaborado controle interno, que assegura a proteção ao patrimônio, do responsável e ainda auxilia na redução em

um possível risco de processos e indenizações para passivo da empresa.

De acordo ao Portal eSocial (2017), com a implantação da ferramenta, a transmissão digital dos dados simplificará as declarações referentes às obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais, de forma em desburocratizar o envio das informações. Abrangendo também o objetivo de reduzir a utilização de papel, acelerar e unificar as informações e combater fraudes trabalhista, esta nova escrituração digital está em vigor para cumprirmos os requisitos propostos desde modo, com o Decreto nº 8.373/2014, instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Com esta implementação, parte dos empregadores poderão sofrer um o impacto cultural frente ao cumprimento da legislação trabalhista, onde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverá ser respeitada e regida conforme é esclarecida, conclui (BATISTA, 2015).

A obrigatoriedade da nova proposta eletrônica do Governo Federal ocasionará mudanças dentro dos setores impactados, fazendo os responsáveis buscarem conhecimento e aperfeiçoamento quanto a qualidade técnica (SILVA FILHO, 2016). Da mesma forma, os autores Heinen, Schuh e Lenz (2017) entendem que é dever das empresas irem à busca da adaptação ao modulo do eSocial, para que quando estiver implantado não seja uma transmissão com dificuldades e turbulenta.

Para os autores Costa, Santos e Assunção (2015) apresentam que o eSocial trará muitos impactos ao mercado contábil, em que as grandes dificuldades que serão encontradas serão no procedimento de adequação dos controles internos e conscientizar os empresários desta nova obrigação. Rezende, Silva e Gabriel (2015) alertam a importância do eSocial ao risco que poderá acarretar pelo descumprimento dentro dos prazos legais para que os processos prossigam sem erros.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010). Consiste basicamente na modernização do atual modo de cumprimento das obrigações, transmitidas pelo próprio contribuinte aos órgãos fiscalizadores. Com finalidade da assinatura de documentos eletrônicos e garantir assim a validade jurídica, utiliza-se a certificação digital como ferramenta (PORTAL SPED, 2018a). O art. 2º do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007,

institui o Sped em um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação, respectivamente, de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal das pessoas jurídicas. Abrange inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (BRASIL, 2007).

Como apresentado pelo Portal do Sped (2018a), o Sped obteve seu início a partir de três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (ECF) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A medida do tempo foram surgindo novas demandas determinadas pelo Governo Federal e atualmente se encontra o total de 12 módulos dentro do programa Sped. Neste embasamento, Oliveira, Santana e Martins (2017) exaltam a rapidez no acesso às informações e a fiscalização das operações mais efetivas com o cruzamento de dados e com isso apresentar com mais agilidade os atos ilícitos.

O eSocial, a partir do Decreto nº 8.373/2014, integra o Decreto nº 6.022/2007 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). É uma ação conjunta dos órgãos e entidades do governo federal: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Ministério do Trabalho (MTE) (PORTAL ESOCIAL, 2017). É um projeto do governo federal que tem por objetivo desenvolver um sistema de coleta das informações descritas no seu objetivo, armazenando-as no ambiente virtual, possibilitando aos órgãos participantes do projeto sua efetiva utilização para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e de apuração de tributos e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (YOSHITAKE *et al.* 2015).

Conforme destaca Pizarro (2017) o eSocial não terá nenhuma alteração ou interpretação da Legislação, fará apenas com que seja declarado dentro do prazo as informações conforme é descrita em lei. Entretanto é necessário tomar cuidado com esta ferramenta, em virtude que é acolhido as informações a partir do declarante e estará sendo fiscalizado constantemente. Essa fiscalização é atribuída em multas e indenizações para o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) responsável pelo colaborador (HOLANDA, 2017).

1.2.1 Definição da questão de pesquisa

Baseando-se na delimitação do tema proposto, a questão da presente

pesquisa é: Quais os impactos da implantação do eSocial nos controles internos das empresas de Montenegro/RS?

Em relação a definição da questão de pesquisa, que leva em consideração a delimitação do tema, relaciona-se também de acordo os pontos positivos vistos pelos colaboradores e empregadores e as dificuldades encontradas na implantação.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Identificar os impactos que o eSocial provocou nos controles internos das empresas buscando meios de melhorar a eficiência desses processos.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) descrever através de levantamento bibliográfico requisitos necessários para as empresas entregar o eSocial;
- b) verificar se os controles internos das empresas serão impactados com a implementação do eSocial;
- c) descrever quais controles internos das empresas estarão sujeitos a mudanças em virtude da implantação do eSocial.

1.4 JUSTIFICATIVA

De acordo com o portal do eSocial, serão impactados 40 milhões de trabalhadores, correspondendo cerca de 8 milhões de empresas.

Através da matéria publicada por Tocchio (2014), serão necessárias muitas mudanças na cultura organizacional das empresas para se adequar ao módulo, pois impactará na forma como se contrata, promoções, mudanças de funções, desligamento, entre outras possíveis situações da jornada profissional. O autor declara que a informação que será levada ao setor responsável será enviada ao ambiente do eSocial corretamente e dentro do prazo exigido pela CLT. Com isso é entendido que não será mais possível remanejar as informações após o fato gerador, sendo a empresa estar passível a multa.

Conforme Jornal Contábil (2018a), para qualquer falha, omissão ou perda de prazo na declaração será penalizada por multas que variam de situação. Os valores a serem indenizados pela entrega fora de prazo ou não declaração da RAIS, como exemplo, pode chegar até R\$ 42.564,00. Destaca-se que está sujeito a pagamento de multas por qualquer descumprimento que esteja em inconformidade com a CLT.

É destacado por Fiorese, Bôas e Moraes (2013), que os controles internos realizados de forma competente, trazem resultados positivos e expressivos. Além de ressaltar a efetividade do funcionamento dos controles, detecta possíveis falhas nos procedimentos, enfatizando a execução operacional. Com o intuito de melhorar as operações realizadas, esta operação interna monitora e estabelece. Para Holanda (2017) os gestores de pessoas precisam preparar a empresa, reprogramar a mentalidade dos colaboradores, líderes, sócios e clientes.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo está presente uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa e a metodologia.

No segundo capítulo são apresentados diversos aspectos teóricos que devem ser observados na compreensão da evolução contábil e entendimento dos programas do governo com forte influência na contabilidade. Este capítulo tem o objetivo evidenciar que existem muitos fatores interligados com o governo que devem ser considerados na formação na contabilidade. Também será evidenciado o programa eSocial, onde terá grande impacto com os profissionais atuantes e empregadores.

No capítulo três é descrito a metodologia que usada para o desenvolvimento do estudo, onde serão evidenciados os diferentes aspectos metodológicos aplicados.

No quarto capítulo está apresentado o desenvolvimento do estudo exploratório, onde será evidenciado como a implantação do eSocial influenciou nos controles internos das empresas e escritórios contábeis. Nesse capítulo também estará evidenciado os diferentes efeitos gerados a partir das medidas utilizadas pelos profissionais para se adaptarem ao programa.

Ao final, no quinto capítulo, são apresentadas as conclusões geradas a partir do estudo realizado. Com base nelas será possível constatar os impactos causados pelo novo programa do governo e quais melhorias e dificuldades o mesmo gerou para os profissionais da área e empregadores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIGEM DA CONTABILIDADE

A história da contabilidade está ligada às primeiras manifestações humanas. A noção intuitiva é, talvez, tão antiga quanto à existência do *Homo Sapiens* (IUDÍCIBUS, 2004). Com o decorrer do tempo, o ser humano passou a adquirir e acumular bens, formando um determinado patrimônio. Os controles surgiram com a finalidade de manter o patrimônio e a necessidade de proteção à posse e interpretação dos fatos ocorridos com os objetos em questão (LUZ, 2015).

O mesmo pode ser embasado por Oliveira, Silva e Feital (2012), destacando que o homem primitivo ao inventariar as primeiras ferramentas, instrumentos de caça e contar seu rebanho, já praticava uma forma básica de contabilidade. O que levou desde os tempos mais remotos a mensurar, avaliar e controlar seus bens pessoais. Onde os faraós, reis, agricultores e comerciantes utilizavam técnicas para registro que pode ser compreendido como o início da contabilidade conhecida hoje.

Em torno de 3.550 a.C., os egípcios haviam a escrita hieroglífica, descrita através de sinais. Para eles sagrados onde somente sacerdotes, membros da realeza e altos cargos tinham a oportunidade de conhecer a arte e aperfeiçoamento da escrita, proporcionando uma maneira eficaz para a compreensão e racionalidade da escrita contábil. Nesta época, era o estado quem controlava a economia e eles possuíam um sistema para cobrança de impostos. Essa atividade exigia um controle ríspido e apurado das informações, trazendo a importância para o desenvolvimento da contabilidade da região (SÁ, 1996).

Segundo Iudícibus e Marion (1999), no livro de Jó na Bíblia, está informado no versículo três do primeiro capítulo “E era o seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentas jumentas”. Este exemplo é mostrado que a contabilidade já existia com o início da civilização, ainda que os conhecimentos de matemática, dos negócios, de letras e mesmo do patrimônio fossem limitados.

De acordo com o CRCMG (2018), é possível resumir a evolução da ciência contábil em Origem da Contabilidade/Contabilidade do Mundo Antigo, Contabilidade do Mundo Medieval, Contabilidade do Mundo Moderno e Contabilidade do Mundo Científico. A origem da contabilidade apresenta existência nos primórdios da

civilização humana foi tida como arte de escrituração mercantil, período que se estende até 1202 na era cristã, quando surgiu Liber Abaci, de autoria de Leonardo Pisano.

2.1.1 Contabilidade do mundo medieval

Nos primeiros séculos depois de Cristo, a contabilidade não obteve grandes evoluções devido a uma grande crise do conjunto continental, formado pela Europa e Ásia, em civilizações com maiores riquezas como Grécia, Roma, Índia e Egito, fez com que essas economias regredissem, criando as monarquias feudais na era medieval. Nessa época a troca de mercadorias era predominante, os negociantes anotavam as obrigações, direitos e bens, entretanto muito limitado, não passando de um elenco de contas para fazer o inventário físico (JÚNIOR; NASCIMENTO, 2009).

Apenas a partir do século X a contabilidade e suas técnicas ressurgiram com a necessidade de controle e informação. Essa retomada voltou-se de acordo com a produção agrícola, produzida em grande escala que foi disponibilizada para o comércio resultando no estímulo na fundação de novas cidades e seu desenvolvimento, através da instalação de mercados e feiras (CRUZ; SILVA, 2001).

A intensidade das atividades de comércio fez aparecer a necessidade do controle das informações, sendo suprida pela contabilidade para atendimento das importâncias da administração dos negócios. Importâncias estas que expandiram o crescimento dos mercados, afetado inclusive o crescimento das atividades marítimas. Surgindo neste período em cidades como Veneza e Gênova o chamado sistema de controle, sendo as entradas e saídas de caixa (JÚNIOR; NASCIMENTO, 2009).

De acordo com Hendriksen e Breda (1999) a era medieval usou a técnica de aproveitar os conhecimentos das civilizações antigas, consideradas de suma importância para o desenvolvimento. Segundo ele, nesta época grandes inovações foram desenvolvidas como o moinho de vento, aperfeiçoamento da bússola, técnicas na área industrial artesanal com sistema de mineração e metalúrgica. Já para a contabilidade o principal feito foi a necessidade de o comércio exterior registrar os recebimentos e pagamentos em dinheiro ocorrido diariamente, originando a ideia da época do livro caixa. Aplicava-se também, de forma rudimentar, os primeiros registros de débitos e créditos oriundos das relações de direitos e obrigações das pessoas.

Nessa mesma perspectiva Franco Junior (2010) ressalta que o período médio

foi fundamental para a história da contabilidade:

A indústria artesanal proliferou com o surgimento de novas técnicas no sistema de mineração e metalurgia. O comércio exterior incrementou-se por intermédio dos venezianos, surgindo, como consequência das necessidades da época, o Livro-Caixa, que recebia registros de recebimentos e pagamentos em dinheiro. Já se utilizavam, de forma rudimentar, o Débito e o Crédito, oriundos das relações entre direitos e obrigações, e referindo-se, inicialmente, a pessoas (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 8).

A partir das necessidades de registros das transações comerciais, ocasionadas das mudanças na passagem do feudalismo para o capitalismo, que marcou a mudança de período na contabilidade; entrando desde modo no período moderno da contabilidade, passando a trabalhar com a acumulação de capital (COTRIN; SANTOS; JUNIOR, 2012).

2.1.2 Mundo moderno

O processo de passagem do Período Medieval para o Período Moderno é destacado por uma mudança profunda do feudalismo ao capitalismo. A economia feudal havia como característica a sobrevivência, já o mundo Moderno detém o acúmulo do capital, do coletivismo e individualismo (MALAGODI, 1995).

De acordo com Silva (2003) este novo cenário favoreceu a evolução da economia e conseqüentemente ao desenvolvimento da contabilidade. Impactou de tal forma que dentro deste período já sentia a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos para avaliação patrimonial. Ele considera ainda que com o desenvolvimento do capitalismo a contabilidade prosperou, havendo a necessidade de controle sobre os lucros comerciais. Por fim, o autor argumenta que o uso da moeda de troca tanto incentivou o comércio como intensificou as transações financeiras, havendo assim a exigibilidade com base num padrão monetário.

A entrada da técnica contábil nos negócios privados foi uma contribuição de comerciantes italianos do sec. XII, quando ocorreu o "*Tractatus de ComputisetScripturis*" (Contabilidade das Partidas Dobradas), seção do livro intitulado "*Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalitá*" publicado por Frei Luca Pacioli em 1494. Esta obra realçou que a teoria da contabilidade do débito e crédito corresponde a teoria dos números positivos e negativos. Para o autor a obra colaborou para introduzir a contabilidade entre os ramos de conhecimento humano

(COTRIN; SANTOS; JUNIOR, 2012).

Conforme Hendriksen e Breda (1999) a seção do sistema de partidas dobradas demonstrava a lógica de embasamento dos lançamentos contábeis:

[...] o livro escrito por Pacioli era intitulado “Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalitá”. Apareceu em Veneza em 1494, apenas dois anos após a chegada de Colombo à América, e somente alguns anos após o surgimento das primeiras prensas em Veneza, o que indica a importância de sua obra. A Summa era principalmente um tratado de matemática, mas incluía uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas, denominada Particularis de Computis et Scripturis. Esta seção foi o primeiro material publicado que descrevia o sistema de partidas dobradas, e apresentava o raciocínio em que se baseavam os lançamentos contábeis[...] (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 39).

Para Franco Junior (2010) Pacioli foi um grande marco na história da contabilidade:

A obra de Paccioli não só sistematizou a Contabilidade, como também abriu precedente que para novas obras pudessem ser escritas sobre o assunto. É compreensível que a formalização da Contabilidade tenha ocorrido na Itália, afinal, neste período instaurou-se a mercantilização, sendo as cidades italianas os principais interpostos do comércio mundial (FRANCO JUNIOR, 2010, p. 10).

Da mesma forma, Sá (2004) destaca a contribuição de Luca Pacioli para o crescimento e desenvolvimento da contabilidade através das partidas dobradas, sendo basicamente um mecanismo algébrico, com premissas iniciais convencionais. Seguindo a mesma linha de raciocínio o autor acrescenta que Frei Luca Pacioli conceituava inventários e como fazê-los. Apresentava sobre os livros mercantis: memorial, diário e razão; sobre registros de operações: aquisições permutas e sociedades; sobre contas em geral: abertura e encerramento; contas de armazenamento: lucros e perdas. Vindo a acrescentar que primeiro deve vir o devedor e após o credor, uma prática utilizada até hoje.

Segundo Schmidt (2000), ainda que o Frei Luca Pacioli seja demonstrado como o grande criador das partidas dobradas, na verdade ele foi o primeiro grande divulgador desse sistema. O autor afirma que após a publicação da obra de Pacioli começou a abrir precedentes para se formar teorias empíricas em outras obras. O mesmo ressalta Sá (2004) alegando que a obra de Pacioli não só sistematizou a contabilidade como também abriu novas oportunidades de entendimentos sobre o assunto

O período moderno se encerra em meados do século XIX, por volta de 1840, onde o mesmo inicia o período científico. O marco deste novo período deu-se devido a busca pelas doutrinas pelo verdadeiro objeto de estudo da contabilidade (JORNAL CONTÁBIL, 2018a).

2.1.3 Período científico

Neste período manifestaram-se diversos pensamentos contábeis. Foi nesta época que doutrinas contrárias ao comtismo, “considerada a primeira Escola do pensamento contábil”, transmitiram uma noção muito mais ampla da Ciência Contábil, a ciência a qual conhecemos hoje. Neste momento da história que apareceram as Escolas de Pensadores Contábil na qual se destacaram: Materialismo Substancial, Personalismo, Controlismo, Reditualismo, Aziendalismo, Patrimonialismo (LOPES, 2009).

É compreendido os diversos pensamentos contábeis como: Materialismo, no qual a riqueza era o objeto essencial; Substancial, compreende a escrita contábil como mecânica; Personalismo, até então não existia a preocupação com as anotações dos bens patrimoniais; Controlismo, onde o controle da riqueza azidental era objeto; Reditualismo, tinha como princípio admitir que o lucro é o que mais preocupa como objeto de estudo; Aziendalismo, na qual a azienda é a célula social onde o homem desenvolve atividades para satisfação de suas necessidades e; Patrimonialismo, no qual a finalidade é apurar as contas da empresa (SÁ, 2004).

Neste momento histórico a contabilidade reconhece o inventário, os livros mercantis diário e razão. A contabilidade entra nas universidades, pois até então, era ensinada como aula de comércio na corte. Somente na era científica que a contabilidade vai encontrar seus maiores pensadores. Depois da obra de Pacioli, grandes contribuintes reescreveram a contabilidade e deram grande contribuição para a ciência que conhecemos hoje. Nomes consagrados pela história, como dois grandes autores: Francesco Villa, escritor milanês, contabilista público, que, com sua obra "La Contabilità Applicata alle amministrazioni Private e Pubbliche", inicia a nova fase; e Fábio Bésta, escritor veneziano. Foram Francesco Villa, escritor milanês, e Fábio Bésta, escritor veneziano, que juntamente com outros pensadores da época, desenvolveram estudos dentro da Contabilidade que fizeram surgir três outras grandes escolas do pensamento contábil depois do Comtismo (SÁ, 2004).

A primeira escola é ministrada por Francisco Villa, Escola Lombarda, que se denominava Materialismo Substancial. Identifica a escrita contábil somente como parte mecânica, não se devendo admitir que a contabilidade se limita no registrar e demonstrar. Implicava em conhecer a natureza, os detalhes, as normas, as leis e as práticas que reagem ao patrimônio (CRUZ; SILVA, 2001).

Em seguida a segunda escola era responsável por Giusepe Cerboni, Escola Personalista, com os entendimentos que as contas deveriam ser abertas tanto para pessoas físicas como jurídicas e o “deve” e “haver” representavam débitos e créditos das pessoas a quem as contas foram abertas (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009).

Chegando a terceira escola, Escola Veneziana, havia como mentor Fábio Bésta, seguidor de Francisco Villa. A terceira escola apresentou o elemento fundamental da conta, o valor, e chegou, muito perto de definir o Patrimônio como objeto da Contabilidade (CRUZ; SILVA, 2001)

Segundo Franco Junior (2010) embora o século XVII tivesse sido o berço da era científica, a ciência da Contabilidade ainda se confundia com a ciência da Administração, e o patrimônio se definia como um direito, segundo postulados jurídicos. Entretanto, o autor entende que o escritor milanês, Francisco Villa, e escritor veneziano, Fábio Bésta, se tornaram grandes nomes determinando o método da ciência contábil:

A obra de Francisco Villa extrapolou os conceitos tradicionais de Contabilidade, segundo os quais escrituração e guarda livros poderiam ser feitos por qualquer pessoa inteligente. Para ele, a Contabilidade implicava conhecer a natureza, os detalhes, as normas, as leis e as práticas que regem a matéria administrada, ou seja, o patrimônio. Era o pensamento patrimonialista. Fábio Bésta, seguidor de Francisco Villa, superou o mestre em seus ensinamentos. Demonstrou o elemento fundamental da conta, o valor, e chegou muito perto de definir patrimônio como objeto da Contabilidade (FRANCO JUNIOR, 2010, p. 11).

Desde modo a contabilidade não define-se apenas em registros do patrimônio ou das riquezas, mas por atender os requisitos como qualificação. Sendo assim enquadrada como ciência. A evolução da contabilidade designou a esta ciência ter um método específico e finalidade determinada em sua padronização (SOARES *et al.*, 2011).

No Brasil, a contabilidade teve influência tanto da escola italiana quanto da

americana, sendo que a escola italiana primeira influenciou inicialmente o país. Entretanto foi na escola americana que o Brasil baseou-se para formação da Lei das Sociedades por Ações, que ocorreu a partir da Resolução nº 220 e da circular nº 179 do BC e para a implantação do ensino acadêmico (COTRIN; SANTOS; JUNIOR, 2012).

2.2 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

De acordo com Cotrin, Santos e Junior (2012) a chegada da Família Real portuguesa aumentou a atividade colonial, exigindo um melhor aparato fiscal, pois ocorreu um aumento nos gastos públicos e das rendas dos Estados. Devido a isto, surge-se o Erário Régio ou Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil fundado em 1808, quando o príncipe regente de Portugal, D. João VI, desembarcou no Brasil colônia. Para Oliveira, Silva e Feital (2012) neste mesmo período, foi realizada a primeira referência oficial à escrituração e relatórios contábeis, elaborada pelo príncipe regente D. João VI, conforme dispõe o texto da Carta:

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores (BRASIL, 2018).

O processo de escrituração das contas somente era permitido para os profissionais que estudassem aulas de comércio realizadas no Brasil, porém vindas de Portugal. As quais preparavam os empregados do comércio para o exame da Junta Comercial (REIS; SILVA, 2008). De acordo com Melo (2005) em 1850, com a elaboração do Código Comercial no Brasil, se instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do balanço geral, composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais. Igualmente, Leite (2005) destaca nesse período:

A instituição do Código Comercial no Brasil foi coincidente com um novo período de desenvolvimento contábil a nível mundial. Em 1839 foi instituída a primeira cátedra de Contabilidade na Itália, na cidade de Pávia. Em 1840 Villa havia publicado uma obra demarcatória para a evolução da Contabilidade.

Essa obra marcou um novo período na história contábil. Poucos anos mais tarde, Cerboni iniciou uma nova corrente doutrinária com a instituição do personalismo. Como no Brasil não existia a obrigatoriedade da adoção de um determinado padrão de normas e procedimentos para a Contabilidade, os práticos contábeis brasileiros puderam experimentar as mais variadas tendências doutrinárias para a execução de suas atividades (LEITE, 2005, p. 32).

A Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902, foi a primeira escola especializada no ensino da contabilidade. Nesta instituição, professores de grandes nomes, como Francisco D'Auria, Frederico Herrmann Júnior, Coriolano Martins, abriram portas para a pesquisa contábil (LEITE, 2005).

O Brasil sofreu primeiramente forte influência da corrente italiana, até a antiga lei das Sociedades Anônimas, sem perder os traços de uma escola verdadeiramente brasileira. Por volta de 1920 a 1940, cada empresa comercial ou industrial tinha o seu "guarda-livros". Os intitulados "guarda-livros" faziam tudo: a Contabilidade da firma, a sua escrituração, a sua correspondência, os seus contratos e distratos, preenchia os cheques, fazia pagamentos e recebimentos, enfim era o tempo em que se predominavam os práticos (LEITE, 2005).

Somente após a resolução nº 220 e da circular Nº 179 do Banco Central, o Brasil passa a obter inspiração norte americana. Foi com a integração do curso de Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade da USP em 1946, que o Brasil conseguiu seu primeiro núcleo efetivo de pesquisa contábil, seguindo modelos norte-americanos. Ou seja, com professores em regime de serviço integral, dedicando-se ao ensino e a pesquisa. Produzindo trabalhos específicos de caráter científico de grande importância para a contabilidade (LEITE, 2005).

Atualmente a contabilidade brasileira rege-se pela Resolução Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas profissionais e técnicas. Instituído pelo Decreto – Lei 9.295/46 com objetivo de orientar, fiscalizar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008).

A evolução da contabilidade demonstra que uma cultura deriva quase que inteiramente de outras e que a contabilidade não é apenas uma consequência da evolução do homem e, sim, a base, porque foi a partir do sistema de contas, que o homem organizou-se deixando de ser primitivo e passando a raciocinar de maneira organizada. Podendo-se afirmar que um sistema de contabilidade não falta nem

mesmo na mais rudimentar das organizações (COTRIN; SANTOS; JUNIOR, 2012).

2.3 TECNOLOGIA DIGITAL NA ÁREA PROFISSIONAL

O uso da tecnologia é de suma importância para o bom funcionamento de qualquer instituição, sendo pública ou privada. A partir das décadas de 60 e 70 esta tecnologia surgiu com a introdução de equipamentos nas empresas, resultando em um notório impacto positivo no armazenamento de dados e computadores para seu processamento (MANDEL; SIMON; DELYRA, 1997). Seguindo a ordem cronológica, Sebold *et al.* (2012) fundamentam que foi após a década de 80 que obteve um crescimento no uso de computadores com softwares ligados às áreas administrativas, contábil e financeira das empresas.

Através publicação pelo editorial do FecomercioSP (2015), a tecnologia nos presencia cada vez mais com maior influência no cotidiano, nos levando a adaptação deste cenário. Nessa mesma perspectiva, Sebold *et al.* (2012) sustenta que desde quando o cotidiano digital foi integrado nas empresas, o governo preocupa-se em buscar adaptações e melhorias. Dispositivos como canais eletrônicos de informações que visam a busca serviços à sociedade, possibilitando a transparência e controle, surgem como um importante meio de instrumento de gestão pública.

De acordo com BREDA (2018), percebe-se que a inovação tecnológica chegou para transformar a imagem e participação do profissional atuante na área contábil, reforçando a importância do papel do contador como “mente pensante” frente esta evolução. Dentro destas circunstâncias, é enfatizado que cerca de 90% das atribuições técnicas já são feitas por máquinas, entretanto nenhuma destas máquinas consegue fazer julgamentos. Sendo a realidade do profissional se adaptar as novas tecnologias.

Segundo Ruschel, Frezza e Utzig (2011), a necessidade pelos avanços tecnológicos frente à um cenário globalizado, fez com que a Contabilidade iniciasse o seu processo de adaptação ao desenvolvimento proposto. De igual modo, Silva e Pinho (2013) afirmam que a modernização da Era digital, especificadamente o SPED, tem como finalidade garantir a padronização das informações para com às administrações tributárias e órgãos fiscalizadores, abrangendo assim, um universo de procedimentos a serem adotados pelas organizações.

2.4 SPED

Em conformidade com Ruschel, Frezza e Utzig (2011), a contabilidade percorreu por processos de grandes evoluções tecnológicas, o que deu a possibilidade da integração de todas as informações geradas pelas organizações, deixando que contadores mantivessem softwares adequados, capazes de suprir as necessidades impostas pela legislação. Desde modo, com as mudanças de cenários frente a uma Era Globalizada, fez-se necessário uma adaptação a modernização no que diz respeito a elaboração das informações contábeis, fazendo com que estas informações tornassem úteis para a tomada de decisão. Diante da necessidade de mudanças na forma de envio das obrigações, surgiu a indispensabilidade de uma escrituração capaz de agilizar no processo das informações, clareza e inibição de fraudes. Conforme Costa *et al.* (2013), empresas optantes pelo Lucro Real passaram a cumprir essas obrigações através de arquivos digitais, utilizando assinaturas dos documentos eletrônicos através de certificados digitais.

Em agosto de 2005, no evento do II ENAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários, em São Paulo, o Secretário da Receita Federal, os Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e os representantes das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais, buscando dar efetividade aos trabalhos de intercâmbio entre os mesmos, assinaram os Protocolos de Cooperação nº 02 e nº 03, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica (PORTAL SPED, 2018c).

O ENAT havia como objetivo buscar soluções conjuntas nas três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos (PORTAL SPED, 2018d).

Diante a isso, em 22 de janeiro de 2007 o presidente em exercício Luiz Inácio Lula da Silva, decretou a instituição do SPED pelo decreto nº 6022/07, com o intuito de promover a fiscalização mais efetiva das operações, no que diz respeito ao cruzamento de dados, integração dos fiscos e uniformizar obrigações acessórias para

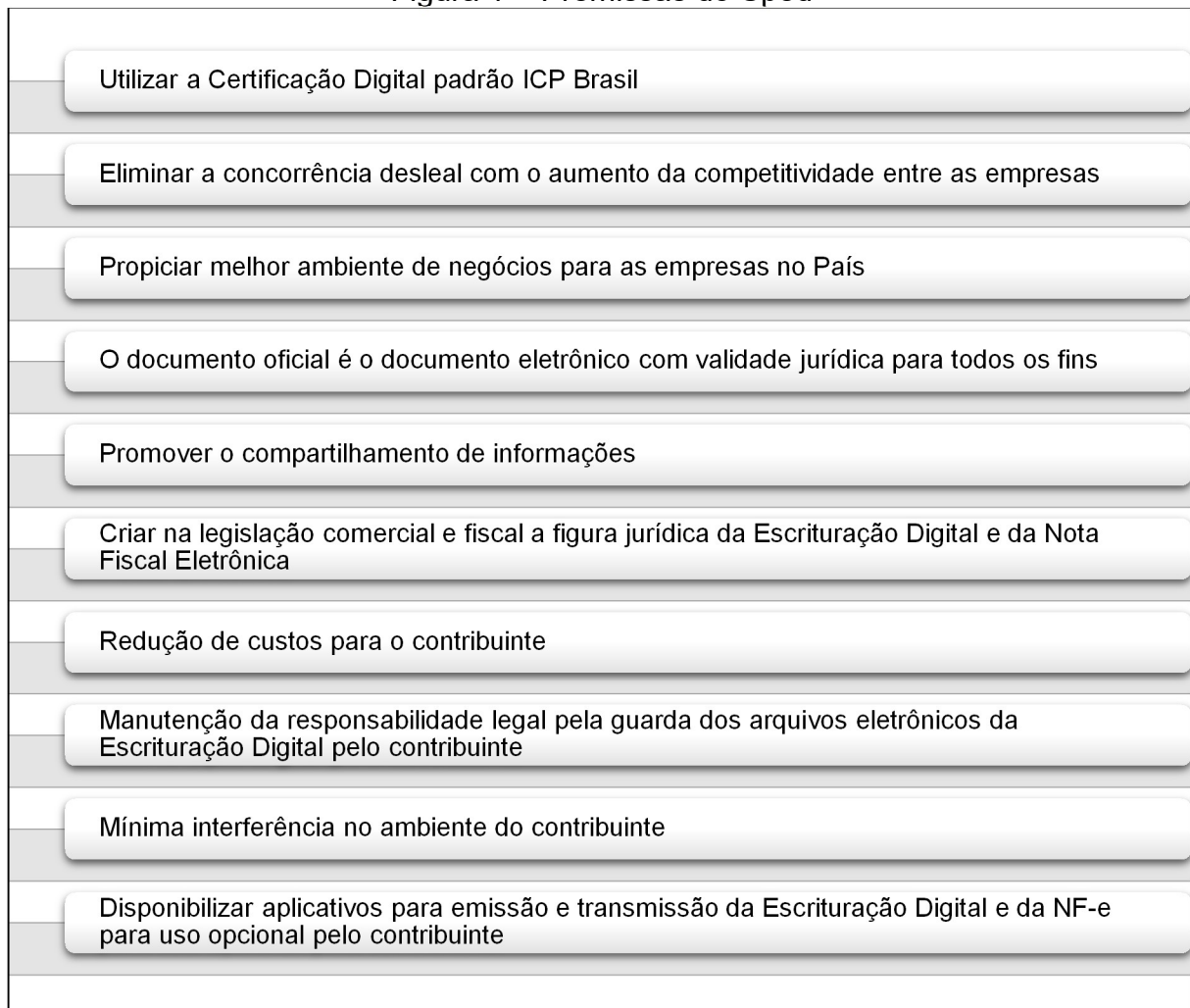
os contribuintes com o estabelecimento de transmissão única (BRASIL, 2018).

A edição do Decreto 6.022 de 22 de janeiro de 2007, instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) que, de maneira geral, previa a unificação da escrituração com um objetivo comum:

Art. 2º (...) instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (BRASIL, 2007)

Ainda de acordo com Decreto 6.022 de 22 de janeiro de 2007, é enfatizado que a impressão dos Livros e documentos deverão ser emitidos eletronicamente, dispensando assim, a obrigatoriedade na impressão dos mesmos em papel. Como premissa, é instituído pelo Portal Sped (2018e):

Figura 1 – Premissas do Sped

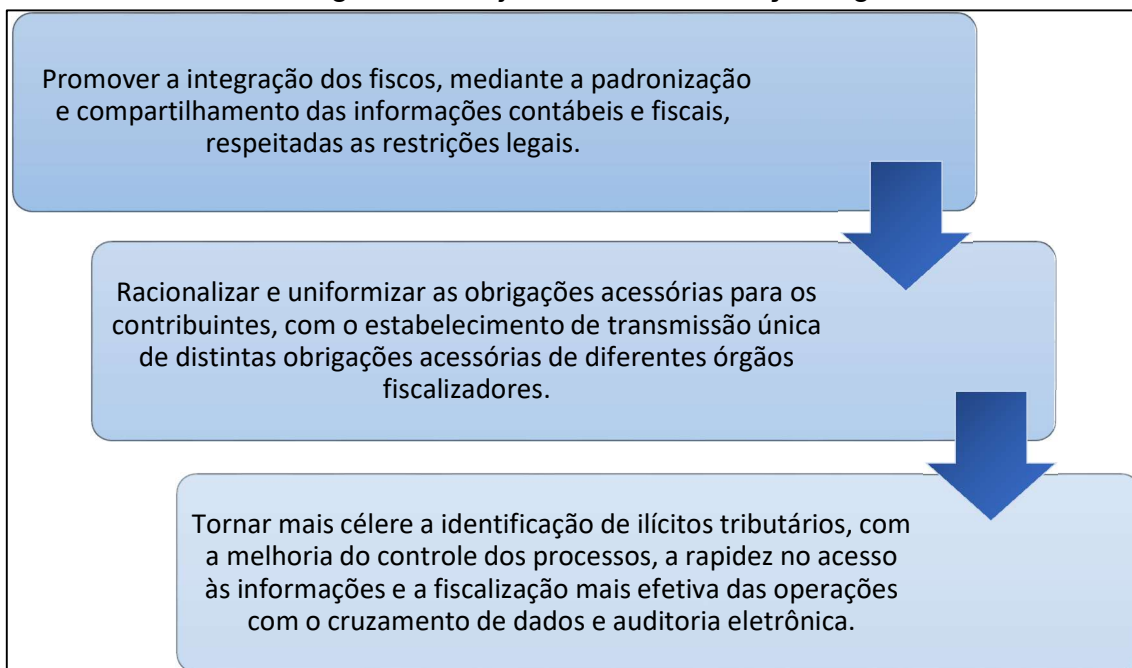


Fonte: Adaptado de Portal Sped (2018e).

Consoante a Duarte (2014), o autor entende o Sped fazendo parte do projeto de modernização da administração tributária, que visa a implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação, tecnologia da informação e infraestrutura logística adequada.

De forma geral, o Sped consiste na modernização do método atual de cumprimento das obrigações transmitidas pelos contribuintes aos órgãos fiscalizadores. Onde através da Portal Sped (2018d), tem por objetivo:

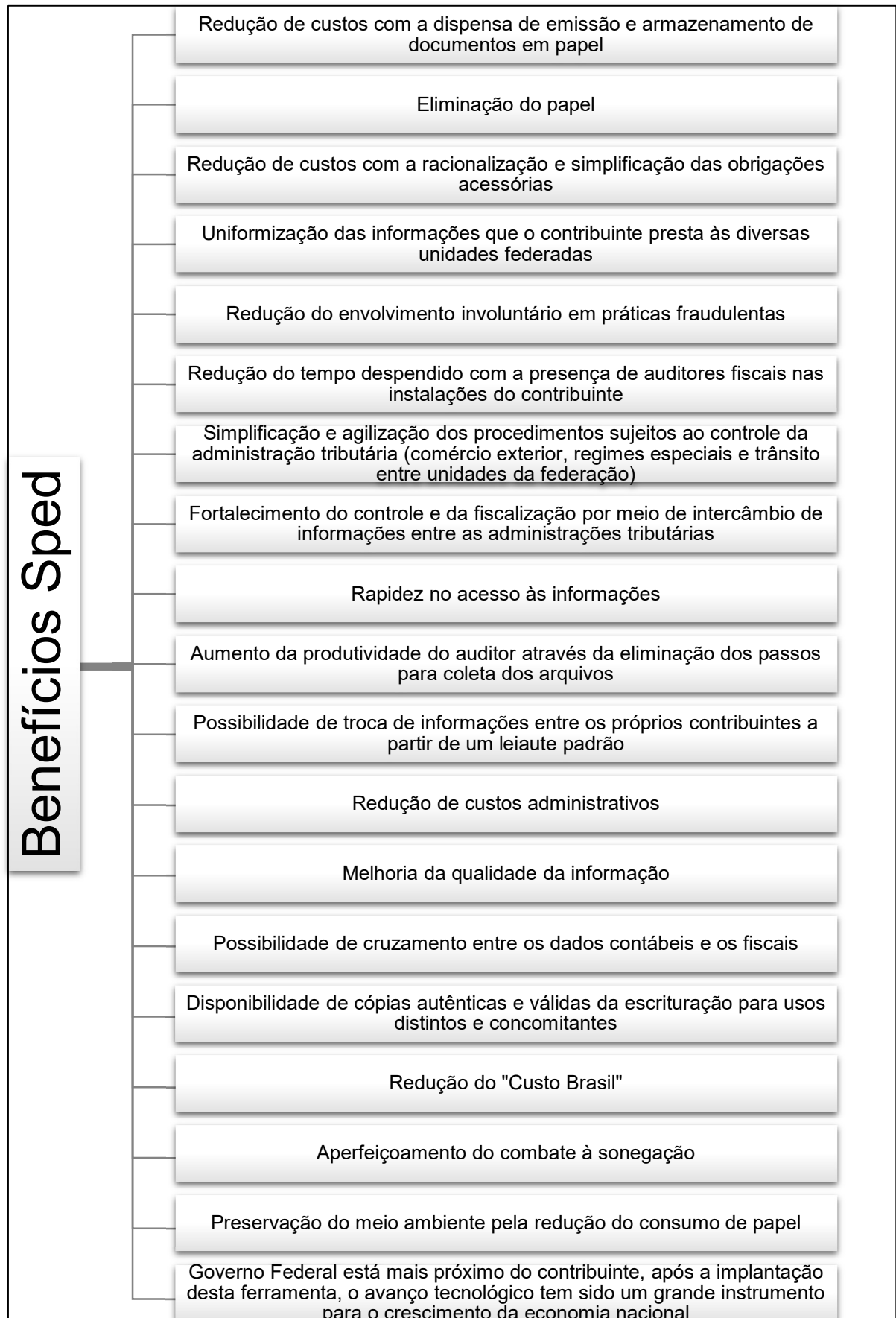
Figura 2 – Objetivos da escrituração digital



Fonte: Adaptado de Portal Sped (2018d).

Toda essa evolução digital e tecnológica, além de aproximar o contribuinte à fiscalização, trouxe benefícios as empresas. Como destaca Portal Sped (2018b), o Sped proporcionou:

Figura 3 – Benefícios do Sped



Fonte: Adaptado de Portal Sped (2018b).

O SPED tornou a área tributária mais simplificada e concreta, fazendo com que ao longo do caminho as escriturações assinadas digitalmente ficassem mais próximas de um sistema harmônico. As informações geradas no meio eletrônico fazem com que a escrituração venha a possuir o seu acesso com maior facilidade, simplesmente porque apresentam inúmeras vantagens no que se refere a sua execução (PORTAL SPED, 2018f).

Conforme Manoel *et al.* (2011) é destacado que as mudanças trazidas com a legislação desse Decreto trouxeram vários benefícios, dentre o que podemos destacar aceleração no processo de fiscalização, economia de papel, preservação do meio ambiente, redução de custos, fortalecimento no controle e melhoria na qualidade da informação.

Com a mesma perspectiva, Geron *et al.* (2011) considera que o Governo brasileiro obteve êxito com os resultados do SPED. A entrega das obrigações acessórias digitalmente fez com que os efeitos resultassem positivamente em consonância com o projeto que foi planejado.

Diante aos resultados positivos, o Sped iniciou uma nova era no que diz respeito ao controle do fisco em relação aos seus contribuintes, introduzindo diversos módulos dentro do programa (MÜLLER; GODOY FILHO; MARTINS, 2017).

2.4.1 Módulos do Sped

Em conformidade com o Portal Sped (2018a), a sistemática das obrigações acessórias iniciou-se com três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Atualmente, o seu Universo de atuação é composto por 12 módulos, ampliando assim, a reprodução de informações oriundas do meio eletrônico. Os módulos listados no site da Receita Federal, são:

Figura 4 – Módulos do Sped



Fonte: Adaptado de Portal Sped (2018a).

Entre os módulos elencados anteriormente, Fontes (2014) considera o eSocial o projeto mais complexo do Sped, sendo planejado de forma conjunta por diversos órgãos e instituições como o Ministério do Trabalho, e o Instituto Nacional de Seguridade Social. De acordo com o autor, é um sistema que abrange um leque vasto de eventos sociais, como contratações, acordos judiciais trabalhistas, alterações de cargos, ações trabalhistas, convenções coletivas, entre outros.

2.4.2 Escolha da área de concentração

A escolha pela área de concentração é de livre opção do aluno que vai realizar a pesquisa, devendo ocorrer durante o curso e oficializada no momento em que o aluno realizar a matrícula na disciplina específica de monografia. A única limitação que o aluno poderá encontrar na sua escolha é o número de vagas disponíveis para cada disciplina (área de concentração). É importante que o aluno não deixe para escolher a área de concentração apenas dias antes da matrícula, pois a escolha deve levar em conta vários aspectos que vão facilitar a elaboração da monografia, tais

como: que a área de concentração tenha relação com o tema a ser escolhido; que o aluno tenha conhecimento préterito do tema e que o mesmo tenha facilidade para escrever sobre ele; que durante o curso, antes da escolha da área, o aluno troque ideias com os professores orientadores para verificar se o tema desejado pode ser objeto de uma pesquisa e a qual área que melhor se encaixa; se existe material abundante suficientemente para a realização da pesquisa; se o tema é relevante; entre outros.

2.5 ESOCIAL

Por alguns anos o Governo Federal tem trabalhado no desenvolvimento de um sistema apto a abranger a folha de pagamento, obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais com relação a contratação e utilização da mão de obra. Inicialmente chamado de Escrituração Fiscal Digital Social (EFD-Social), participavam do projeto a Receita Federal do Brasil (RFB), os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, posteriormente, a Caixa Econômica Federal (CEF) (DUARTE, 2014).

No dia 17 de julho de 2013, a RFB lançou o Ato Declaratório Executivo SUFIS Nº 5, no qual aprovou e divulgou o *layout* do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) (BRASIL, 2013), tendo a CEF feito tal aprovação e divulgação por meio do Circular nº 657, de 04 de junho de 2014 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2018).

Com base em Duarte (2014) a equipe dirigente esperava que o projeto que estava trabalhando viabilizasse o aumento da arrecadação espontânea; a introdução do trabalhador no auxílio à fiscalização das obrigações trabalhistas e previdenciárias; a redução de fraudes na concessão de benefícios previdenciários e do seguro desemprego e o aumento da produtividade dos órgãos fiscalizadores, fazendo com que os trabalhos tomassem partida em abril de 2010, com previsão de normalização da nova obrigação até março de 2012 e implantação em dezembro do mesmo ano. Entretanto, o cronograma para iniciar o projeto já sofreu diversas modificações e, atualmente, o Comitê Diretivo do eSocial publicou a Resolução CDES nº 05 no DOU desta sexta-feira (5/10/2018), que alterou a Resolução CDES nº 02 e definiu novos prazos para o envio de eventos para o eSocial, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de implantação do sistema:

Quadro 1 – Cronograma

Grupo	Evento	Data
1º GRUPO - entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78.000.000,00:	Tabelas	08/01/2018
	Não Periódicos	01/03/2018
	Periódicos	08/05/2018 (dados desde o dia 1º)
	Substituição GFIP para Contribuições Previdenciárias	Agosto/2018
	Substituição GFIP FGTS	Novembro/2018
	SST	Julho/2019
Grupo	Evento	Data
2º GRUPO - entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões) e que não sejam optantes pelo Simples Nacional:	Tabelas	16/07/2018
	Não Periódicos	10/10/2018
	Periódicos	10/01/2019 (dados desde o dia 1º)
	Substituição GFIP para Contribuições Previdenciárias	Abril/2019
	Substituição GFIP FGTS	Abril/2019
	SST	Abril/2020
Grupo	Evento	Data
3º GRUPO - empregadores optantes pelo Simples Nacional, empregadores pessoa física (exceto doméstico), produtor rural PF e entidades sem fins lucrativos:	Tabelas	10/01/2019
	Não Periódicos	10/04/2019
	Periódicos	10/07/2019 (dados desde o dia 1º)
	Substituição GFIP para Contribuições Previdenciárias	Outubro/2019
	Substituição GFIP FGTS	Outubro/2019
	SST	Julho/2020
Grupo	Evento	Data
4º GRUPO - entes públicos e organizações internacionais:	Tabelas	Janeiro/2020
	Não Periódicos	Resolução específica, a ser publicada
	Periódicos	Resolução específica, a ser publicada
	Substituição GFIP para Contribuições Previdenciárias	Resolução específica, a ser publicada
	Substituição GFIP FGTS	Circular CAIXA específica
	SST	Janeiro/2021

Fonte: Adaptado de Portal eSocial (2018).

No eSocial há serviços que receberão eventos para a manutenção do cadastro do empregador, dos dados trabalhistas e de folha de pagamento de um

empregado e das informações tabeladas que servem de referência para os eventos. O *layout* do sistema classifica quatro tipos de eventos: Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos (PORTAL ESOCIAL, 2017).

2.5.1 Eventos iniciais e eventos de tabelas

Primeiramente é transmitido os Eventos Iniciais ao ambiente nacional do eSocial e serve para identificar, a princípio, o empregador/contribuinte/órgão público, obtendo dados básicos de sua classificação fiscal e de sua estrutura administrativa. Posteriormente, irá realizar o cadastro inicial dos vínculos dos empregados ativos, servidores ativos, mesmo que afastados, os militares e os beneficiários dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), no momento da implantação do eSocial. O evento cadastramento inicial dos vínculos só deve ser enviado após o grupo de eventos de Tabelas (PORTAL ESOCIAL, 2018).

Em seguida os Eventos de Tabela complementam os iniciais, criando as tabelas do empregador, e são responsáveis por uma série de informações que validam os eventos não periódicos e periódicos, ocasionando a otimização na geração dos arquivos e no armazenamento das informações no eSocial. A correta manutenção das tabelas do empregador é importante para a recepção dos eventos periódicos e não periódicos e para uma adequada apuração das bases de cálculo e dos valores devidos (PORTAL ESOCIAL, 2018). São eventos iniciais e de tabelas:

Quadro 2 – Eventos iniciais e tabelas

(continua)

Eventos Iniciais e Tabelas	
Código:	Descrição:
S-1000	Informações do Empregador/Contribuinte/Órgãos Públicos
S-1005	Tabela de Estabelecimentos, Obras ou Unidades de Órgãos Públicos
S-1010	Tabela de Rubricas
S-1020	Tabela de Lotações Tributárias
S-1030	Tabela de Cargos/Empregos Públicos
S-1035	Tabela de Carreiras Públicas

(conclusão)

Eventos Iniciais e Tabelas	
Código:	Descrição:
S-1040	Tabela de Funções/Cargos e m Comissão
S-1050	Tabela de Horários/Turnos de Trabalho
S-1060	Tabela de Ambientes de Trabalho
S-1070	Tabela de Processos Administrativos/Judiciais
S-1080	Tabela de Operadores Portuários
S-2200	Cadastramento Inicial do Vínculo e Admissão/Ingresso de Trabalhador

Fonte: Adaptado de Portal eSocial (2018).

No momento inicial da implantação do programa, deverá ser enviado o evento S-2100 – Cadastramento Inicial do Vínculo, antes do envio de qualquer evento periódico ou não periódico, com todos os vínculos ativos, e correspondentes dados cadastrais atualizados, servindo de base para construção do Registro de Eventos Trabalhista (RET), que será utilizado para validação dos eventos de folha de pagamento e demais eventos enviados posteriormente (PORTAL ESOCIAL, 2018).

2.5.2 Eventos não periódicos

Os Eventos não Periódicos são referidos aos fatos jurídico-trabalhistas ocasionado entre empregador e colaborador que não tem uma data pré-fixada para ocorrer, pois dependem de acontecimentos na relação entre o empregador/órgão público e o colaborador que influenciam no reconhecimento de direitos e no cumprimento de deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais como, por exemplo, a admissão, afastamentos, demissões, alteração de salário e a exposição do trabalhador a agentes nocivos (PORTAL ESOCIAL, 2018).

O prazo para envio desses eventos é o momento em que ocorrem, entretanto, o manual de orientação do eSocial tem prazos diferenciados para alguns deles, pois esses prazos respeitam regras que asseguram os direitos dos trabalhadores e possibilitam recolhimentos de encargos que tenham prazos diferenciados. Por conta disso, o manual apresenta em cada descrição dos eventos não periódicos, seu respectivo prazo de envio (PORTAL ESOCIAL, 2018). São eventos não periódicos:

Quadro 3 – Eventos não periódicos

Eventos não periódicos	
Código:	Descrição:
S-2190	Admissão de Trabalhador – Registro Preliminar
S-2200	Admissão de Trabalhador
S-2205	Alteração de Dados Cadastrais do Trabalhador
S-2206	Alteração de Contrato de Trabalho
S-2210	Comunicação de Acidente de Trabalho
S-2220	Monitoramento da Saúde do Trabalhador
S-2230	Condições Ambientais do Trabalho - Fatores de Risco
S-2240	Afastamento Temporário
S-2250	Aviso Prévio
S-2260	Convocação para Trabalho Intermitente
S-2298	Reintegração
S-2299	Desligamento
S-2300	Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Início
S-2306	Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Alteração Contratual
S-2399	Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário - Término
S-2400	Cadastro de Benefícios Previdenciários - RPPS
S-3000	Exclusão de Evento
S-5001	Informações das contribuições sociais por trabalhador
S-5002	Imposto de Renda Retido na Fonte
S-5011	Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte
S-5012	Informações do IRRF consolidadas por contribuinte

Fonte: Adaptado de Portal eSocial (2018).

Somente é possível o fechamento dos eventos periódicos se for declarada a remuneração de todos os colaboradores relacionados no RET como ativos, com exceção dos trabalhadores que estejam afastados sem remuneração devida, não se aplicando tal regra para os trabalhadores cadastrados por meio do evento S-2300 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário – Início (PORTAL ESOCIAL, 2018).

2.5.3 Eventos periódicos

Os Eventos Periódicos são aqueles com habitualidade previamente definida para sua ocorrência, inserido por informações de folha de pagamento, de apuração de outros fatos geradores de contribuições previdenciárias e de retenção do IRRF sobre pagamentos feitos pelo próprio contribuinte. Esses devem ser transmitidos até o dia 07 do mês seguinte, sempre antecipando o pagamento para o primeiro dia útil antes do vencimento (PORTAL ESOCIAL, 2018).

Considerando-se as consequências tributárias dos eventos periódicos, vinculadas ao período de apuração do tributo devido, forma-se um conjunto de eventos periódicos/ informações referentes ao mesmo período de apuração que correspondem a um movimento (PORTAL ESOCIAL, 2018). São eventos periódicos:

Quadro 4 – Eventos periódicos

(continua)

Eventos Periódicos	
Código:	Descrição:
S-1200	Remuneração do Trabalhador - RGPS
S-1202	Remuneração do Trabalhador - RPPS
S-1207	Benefícios previdenciários - RPPS
S-1210	Pagamentos de Rendimentos do Trabalho
S-1250	Aquisição de Produção Rural
S-1260	Comercialização da Produção Rural Pessoa Física
S-1270	Contratação de Trabalhadores Avulsos Não Portuários
S-1280	Informações Complementares aos Eventos Periódicos

(conclusão)

Eventos Periódicos	
Código:	Descrição:
S-1295	Solicitação de Totalização para Pagamento em Contingência
S-1298	Reabertura dos Eventos Periódicos
S-1299	Fechamento dos Eventos Periódicos
S-1300	Contribuição Sindical Patronal

Fonte: Adaptado de Portal eSocial (2018).

O eSocial é um projeto do Governo Federal que consiste em um sistema de coleta das informações a serem armazenadas no Ambiente Nacional do eSocial para possibilitar aos órgãos participantes do projeto, sua efetiva utilização para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e de apuração de tributos e do FGTS. Com isso, estabelece a maneira como passam a serem prestadas as informações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais relativas à contratação e utilização de mão de obra onerosa, com ou sem vínculo empregatício, e de produção rural. Este projeto tem por objetivos: viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; simplificar o cumprimento de obrigações e aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais (PORTAL ESOCIAL, 2018).

2.5.4 Unificação de dados

O eSocial, é disciplinado pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que o define e apresenta seus princípios da seguinte forma:

Art. 2º O eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por:

- I - escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- II - aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e
- III - repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração

[...]

Art. 3º O eSocial rege-se pelos seguintes princípios:

- I - viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;
- II - racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações;
- III - eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas;

- IV - aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e
- V - conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte (BRASIL, 2014).

O programa do eSocial trata-se de uma ramificação do SPED voltada à informatização da folha de pagamentos e registros dos colaboradores, possibilitando o acesso das informações provenientes destes registros por meio de um ambiente virtual cruzados pelos órgãos citados anteriormente que integram o projeto. Desde modo, o eSocial unificará o envio de informações aos órgãos do governo mediante sistemas de TI e através do uso de certificação digital, havendo a redução das obrigações acessórias que devem ser prestadas pelos empregadores ao MTE, ao INSS, à RFB, à CEF e ao MPS, que são entes participante desse projeto (MANN; HOFFMAM, 2015).

Figura 5 – Cenário antes do eSocial



Fonte: Zuffo Assessoria Contábil (2018).

Em uma visão pós implantação do programa, Mann e Hoffmam (2015) afirmam que as informações serão enviadas para um único canal nacional, o eSocial, onde cada entidade utiliza as informações de acordo com sua competência.

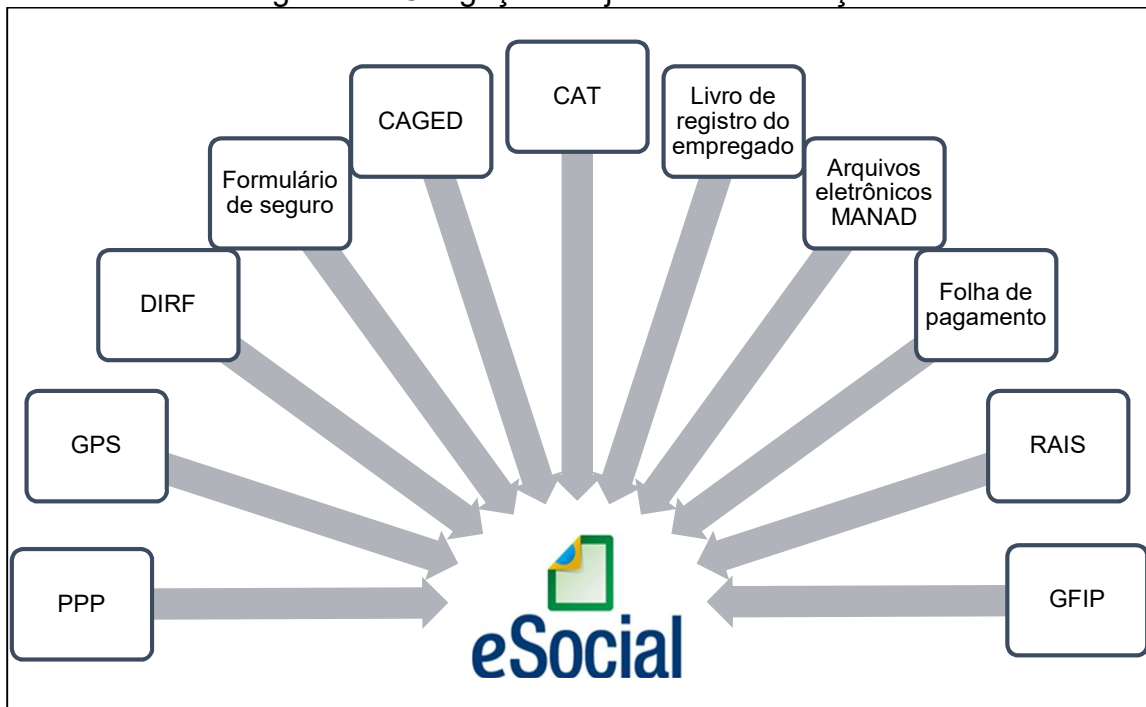
Figura 6 – Cenário após o eSocial



Fonte: Zuffo Assessoria Contábil (2018).

Partindo desde princípio, Gasparin (2015) entende que com a implementação do eSocial diversas obrigações acessórias estão sujeitas a serem pouco a pouco substituídas ou extintas, como:

Figura 7 – Obrigações sujeitas a substituição.



Fonte: Adaptado de Portal eSocial (2018).

Sendo assim, a prestação de informações ao eSocial substituirá, conforme as entidades que participam do projeto, a obrigatoriedade de entrega das mesmas informações em outras declarações e formulários que estão sujeitos o empregador, a empresa e equiparados, o segurado especial, as pessoas jurídicas de direito público e privado e físicas que pagarem ou creditarem por si rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF, substituindo as informações constantes na GFIP (PORTAL ESOCIAL, 2018).

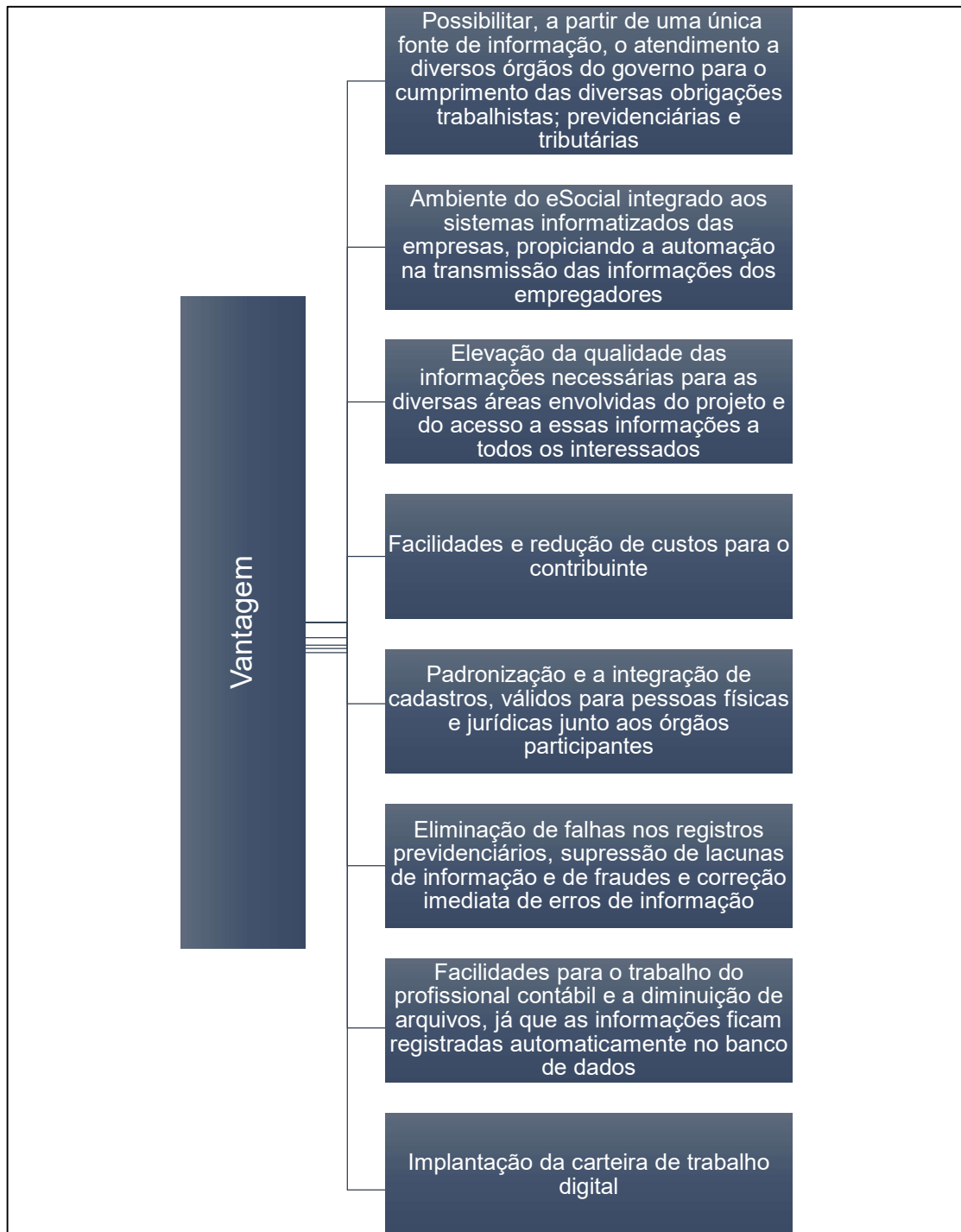
Para Pacheco Filho e Kruger (2017) a união de vários órgãos federais tende uma vantagem importante do eSocial que é a redução de tempo no envio das informações, assim ocorrendo a desburocratização e fácil acesso na rotina do departamento pessoal.

Por outro lado, Chiavenato (2014) encontra problemas no que diz respeito às rotinas exercidas no departamento pessoal. Ao encarar a dificuldade cultural é correto afirmar que será um desafio enfrentar a dificuldade de obtenção de documentos nos prazos exigidos no projeto do eSocial.

2.5.5 Vantagens e desafios do eSocial

Tratando das dificuldades e vantagens oriundas da implantação do projeto eSocial, pode-se analisar inúmeras citações de autores sobre o assunto:

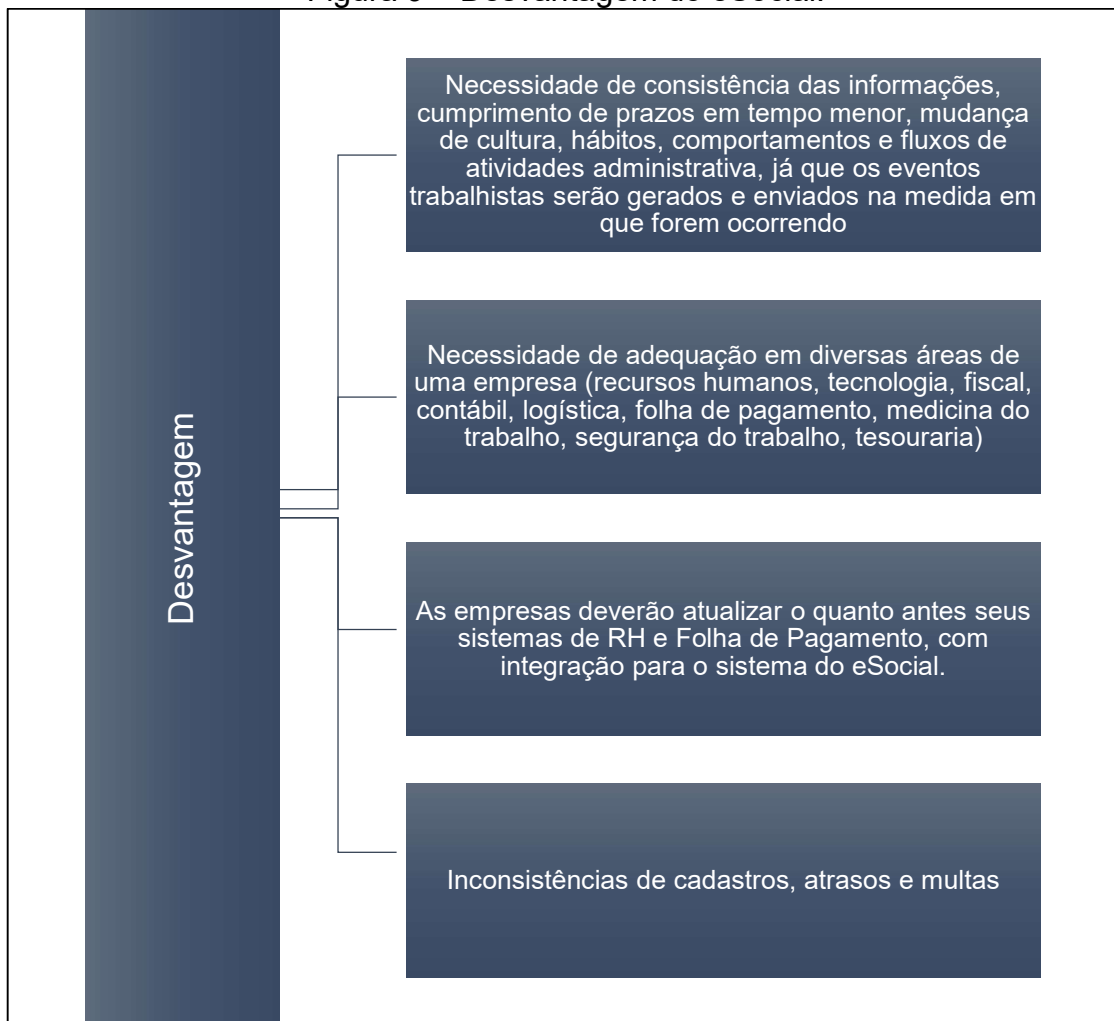
Figura 8 – Vantagem do eSocial.



Fonte: Adaptado de Jornal Contábil (2018a).

Através da abordagem de Müller, Godoy Filho e Martins (2017), existe certa insegurança por parte dos profissionais, quanto à correta aplicação dos procedimentos estabelecidos na legislação, em função das inúmeras exigências trazidas pelo eSocial. Diante a este caso, ocorrem outros fatores que desencadeiam dificuldades aos profissionais e empregadores:

Figura 9 – Desvantagem do eSocial.



Fonte: Adaptado de Jornal Contábil (2018a).

Uma oportunidade benéfica que o programa apresenta é a permissão do envio de retificações ou novos eventos referentes a um movimento já encerrado. Isso ocorre por meio da reabertura do mesmo, mas após efetivado demandará um novo envio do evento fechamento (PORTAL ESOCIAL, 2018).

2.5.6 Penalidades eSocial

É informado pela Fenacon (2018) um alerta para que os empresários busquem informações e participem ativamente da implantação do eSocial, pois as mudanças não são da legislação, e sim do comportamento em relação ao cumprimento das obrigações já previstas. Segundo a publicação, o eSocial é um sistema administrado pela Receita Federal, e todos sabem da eficiência deste órgão na gestão das informações sob sua responsabilidade. Vale destacar que as multas

pelo não cumprimento das obrigações previstas em lei, serão aplicadas automaticamente pelo eSocial, e os profissionais responsáveis dependerão totalmente dos atos praticados pelos empresários para atender a legislação.

Quadro 5 – Multas do eSocial.

Infração	Multa	Base Legal
Afastamento temporário	R\$ 1.812,83 a R\$ 181.284,63	Art. 201 da CLT
Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)	R\$ 402,53 a R\$ 4.025,33	Art. 201 da CLT
Atraso no pagamento de salário	R\$ 170,26	Art. 4 da Lei 7.855/89
Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)	Entre o valor mínimo e o máximo do salário de contribuição, por acidente que não tenha sido comunicado dentro do prazo	Art. 22 da CLT - Lei 8.213/91
Empregado não registrado	R\$ 800,00 a R\$ 3.000,00, podendo dobrar em caso de reincidência	Art. 47 da CLT - Lei 13.467/17
Férias	R\$ 170,26 por funcionário	Art. 153 da Lei 7.855/89
FGTS (falta de depósito)	R\$ 10,64 a R\$ 106,41 por funcionário	Art. 23 da Lei 8.036/90
Folha de pagamento	R\$ 1.812,87	eSocial
Não comparecimento em audiência para a anotação da CTPS	R\$ 402,53	Art. 29 da Lei 7.855/89
Não informar ao colaborador sobre os riscos do trabalho	R\$ 1.812,87 a R\$ 181.284,63	Art. 157 da CLT
Não pagamento das verbas rescisórias no prazo previsto	R\$ 170,26 por empregado + multa no valor de um salário (corrigido)	Art. 477 da CLT
Retenção da CTPS por mais de 48 horas	R\$ 201,27	Art. 29 da Lei 7.855/89
Vale transporte	R\$ 170,26	Art. 3 da Lei 7.418/85

Fonte: Jornal Contábil (2018b).

Através da divulgação da tabela de multas, é analisado que as empresas que não se adaptarem adequadamente à plataforma do governo estão sujeitas a multas. Segundo ele, não informar, por exemplo, afastamento temporário do empregado no sistema poderá incidir multa entre R\$ 1.812,87 e R\$ 181.284,63 independentemente do motivo, que pode ser auxílio-doença, férias ou licença-maternidade. A empresa que não aproveitou o tempo de adaptação e testes pode ter dor de cabeça, pois, sem o envio correto, tem aplicação de multas”. Outras informações que deverão migrar

para o eSocial e, se não estiverem corretas, poderão gerar multas são: comunicação de acidente de trabalho, de realização de exames médicos, admissão do trabalhador um dia antes e não informar o empregado sobre os riscos do trabalho (PIZARRO, 2017).

2.6 ESTUDOS RELACIONADOS

Quadro 6 – Obras relacionadas

Ano	Título	Autor	Método	Tipo
2017	Fatores dificultadores na fase pré-implantação do eSocial na concepção de instituições comunitárias de ensino superior de Santa Catarina	ZANIN, Antonio <i>et al</i>	Quantitativa	Artigo
2018	Os Desafios da Implantação do eSocial.	VELLUCCI, Rosana Gribl <i>et al.</i>	Quantitativa	Artigo
2016	Impactos e benefícios da implantação do EFD social para os profissionais de escritórios de contabilidade	FILIPIN, Roselaine <i>et al.</i>	Quantitativa	Artigo

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O estudo de Zanin (2017) obteve como objetivo analisar as dificuldades das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) de Santa Catarina, vinculadas à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), na adaptação para o eSocial na fase pré-implantação. A pesquisa utilizada se caracteriza como sendo exploratória, descritiva e quantitativa. A amostra é constituída por aproximadamente 60% da população pesquisada e a coleta dos dados ocorreu por meio de questionários coletados durante os meses de fevereiro a maio de 2015. A análise dos dados revelou que as ICES estão em fases distintas de implementação do eSocial. Percebe-se ainda que, na perspectiva das ICES pesquisadas, a implementação do eSocial trará mais vantagens do que desvantagens, sugerindo o início de uma mudança cultural das organizações, que passam a perceber o instrumento como uma ferramenta de gestão,

e não somente de controle fiscal.

Conforme Vellucci (2017) o trabalho realizado houve como objetivo verificar como está a adaptabilidade das organizações na implantação do eSocial, bem como, práticas que estão em desacordo com a legislação trabalhista e que podem se apresentar como fatores críticos da implantação desse projeto. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, aplicada a profissionais da área de Recursos Humanos de 61 empresas. No que se refere à adaptabilidade, os resultados indicaram pouco investimento em ações de conscientização das áreas envolvidas com a implantação do eSocial e que as empresas de pequeno porte são as que estão menos adaptadas. Referente aos fatores críticos, a existência de práticas em desacordo com a lei, remete para a necessidade de mudanças nas rotinas de administração de pessoal das empresas, de modo a evitar impactos negativos, com a aplicação de multas e outras penalidades.

De acordo com Filipin (2018) a obra objetivou identificar os desafios e benefícios relacionados à implantação do eSocial nas empresas junto aos profissionais de escritórios de contabilidade em um município da região Celeiro do Estado do RS, no ano de 2015, por meio de pesquisa aplicada, descritiva, quantitativa, utilizou-se de questionário aberto com 11 questões direcionadas aos 14 escritórios da cidade. Os resultados demonstraram como principal desafio para a implementação do eSocial é a mudança cultural nas empresas, a qualificação de pessoal e a implementação de sistema informatizado apropriado. Os maiores benefícios serão para os empregados, e para os profissionais que terão redução de entrega de obrigações acessórias. Esse sistema irá possibilitar um avanço nas relações de trabalho e nos processos e procedimentos existentes.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos, para a realização do estudo se utiliza concomitante a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa nas empresas, embasando-se em estudos bibliográficos, artigos e pesquisas publicadas. Desde modo, através de levantamentos dos assuntos relacionados ao tema pesquisado, buscar-se-á evidenciar os diversos aspectos que devem ser considerados nos impactos causados dentro das empresas para a adequação e realização do procedimento.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa do tipo bibliográfico é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Entretanto, com a disseminação do uso de computadores e o desenvolvimento da internet, muitos periódicos científicos estão disponíveis em meio eletrônico (GIL, 2010). Da mesma forma, Klein *et al.* (2015) destaca a utilização de *sites* de informações, revistas não científicas e materiais de divulgação como outros materiais de mídia eletrônica ou escrita. Sendo assim, nesta pesquisa reside o fato de permitir a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Deste modo, buscará identificar os principais os impactos que o eSocial provocará nos controles internos das empresas buscando meios de melhorar a eficiência desses processos.

Quanto à pesquisa descritiva, Sampieri, Collado e Lucio (2006) determinam especificar propriedades e características importantes de qualquer fenômeno que se análise. Desta forma, em relação aos objetivos, o presente trabalho haverá característica como descritiva, pois pretenderá identificar os principais reflexos e alternativas encontradas pelas empresas e escritórios prestadores de serviços contábeis localizadas em Montenegro/RS para o cumprimento do eSocial.

Tratando sobre a análise dos dados o método de abordagem será qualitativa e quantitativa. Para Sampieri, Collado e Lucio (2006) nos estudos qualitativos começará a efetuar sob um plano geral, entretanto, seu desenvolvimento irá sofrendo modificações de acordo com os resultados. Segundo os autores, a pesquisa quantitativa usa a coleta de dados para testar hipóteses com base na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões de comportamento.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa realizada através do questionário foi aplicada aos profissionais que atuam na área abrangente pelo eSocial, compreendendo empresas com contabilidade interna e externa de maneira que possa observar, através da técnica, com maior eficiência os ramos de atividades que aderiram a nova obrigação.

A obtenção dos dados ocorreu através de um questionário entregue fisicamente, via e-mail e aplicativos de comunicação para o total de 30 empresas da região de Montenegro/RS, correspondendo 10 prestadores de serviços, 10 comércios e 10 indústrias.

Considerando o alcance das informações necessárias para averiguar os objetivos propostos pela elaboração do trabalho, fez-se necessário o cruzamento das identificações dos respondentes quanto ao segmento de cada empresa estudada. Havendo deste modo, a distinção específica de cada segmento e a perspectiva global dos entrevistados.

A realização do cruzamento das informações ocorreu pelo uso do sistema SPSS, onde inicialmente as respostas do questionário foram convertidas ao Excel e posteriormente importadas para dentro do software operado. Entretanto, para seguir com a utilização deste programa, foi preciso parametrizar as respostas concebidas com cada pergunta do questionário, identificando o código “1” para “sim” e “2” com a resposta “não” ou não assinalada. Somente após a parametrização é realizado o cruzamento da resposta de cada pergunta com as atividades examinadas, sendo exportadas ao Excel onde é elaborado os gráficos e suas respectivas apurações.

Esta análise considerou todas as respostas válidas para atingir o objetivo do trabalho e buscar maiores evidências sobre o tema, utilizando como apoio o cruzamento das informações e das medidas estatísticas desenvolvidas o uso do software SPSS e Excel.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SEGMENTOS

As empresas objeto de estudo desta pesquisa terão suas identidades preservadas, e por isso, de agora em diante, não serão identificadas. Portanto, passarão serem informados apenas seus ramos de atividades, analisando por segmento e aspecto global.

Para realização do estudo buscou-se analisar as empresas situadas em Montenegro/RS. O município é situado no Vale do rio Caí, sendo uma das regiões mais produtivas do Rio Grande do Sul. Diferencia-se por sua localização privilegiada e de fácil acesso a outros centros regionais. Este é o município mais antigo da região do Vale do Caí, situado a uma distância de 55 quilômetros da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Quanto a definição das atividades examinadas identifica-se a atividade industrial, onde consiste no processo de produção que visa transformar matérias-primas em mercadoria através do trabalho humano e de máquinas. Esta atividade é responsável pela transformação dos recursos naturais e da matéria-prima em bens de consumo e produtos industrializados que serão comercializados em outro setor da economia. Sendo que alguns ramos da atividade industrial podem-se citar como gráfica, calçado, vestuário, bebidas, mobiliário, couros, metalurgia e mecânica.

Através da atividade referente a prestação de serviços, é entendida como a realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa), incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional. A prestação de serviços se caracteriza pela intangibilidade, inseparabilidade (produzido e utilizado ao mesmo tempo) e não resulta na posse de um bem. Perante a ramificação da atividade de prestação de serviços, nomeia-se alimentação, transporte, turismo, saúde, educação e lazer.

De acordo com o estudo relacionado ao comércio, determina-se que é a atividade que movimentada diferentes produtos, com uma finalidade lucrativa, através da troca, da venda ou da compra de mercadorias. O comércio pode ser também do tipo atacadista, vendendo um mesmo produto em grandes quantidades, nesse caso o comerciante reduz o preço das mercadorias como forma de premiar o comprador, em razão do tamanho da venda. Existe também o comércio varejista, que é onde

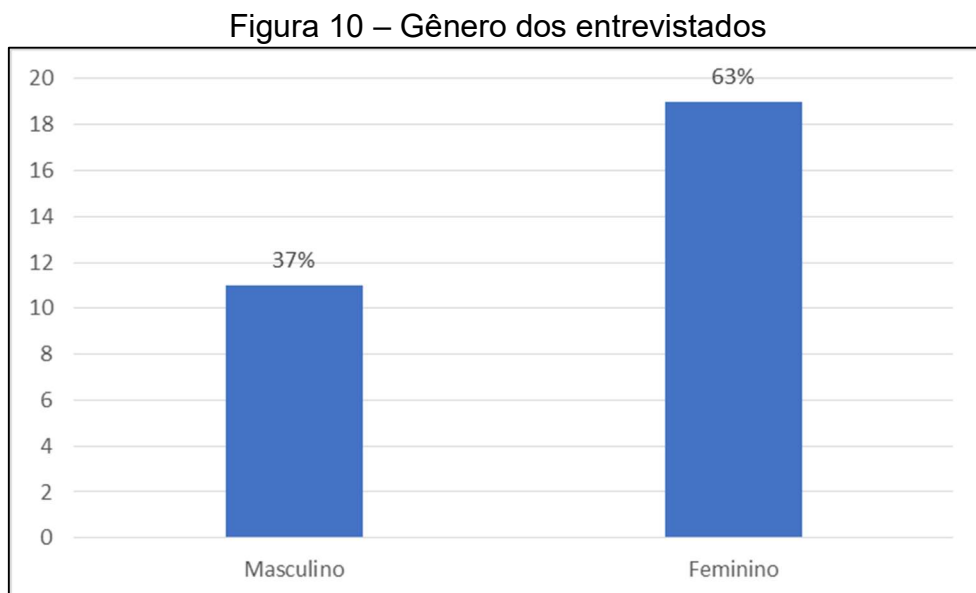
compramos nossas coisas. Nesse tipo de comércio são vendidos produtos em pequenas quantidades e, portanto, sem a diminuição do preço. Diante a área comercial, identifica-se tecidos, veículos, combustíveis, ferragens, roupas e acessórios.

4.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados das atividades do comércio, prestadora de serviço e indústria, ocorreu no período de março de 2019 a maio de 2019, através de dados primários obtidos por questionário físico e digital aplicado aos profissionais e atuantes na área abrangente do eSocial.

4.2.1 Gênero

Ao analisar a figura 10, percebe-se que em relação ao perfil dos 30 entrevistados pela pesquisa, é verificado que 63% dos participantes são do sexo feminino e 37% do sexo masculino, observando o destaque ao público feminino na área dos Recursos Humanos e Departamento Pessoal.

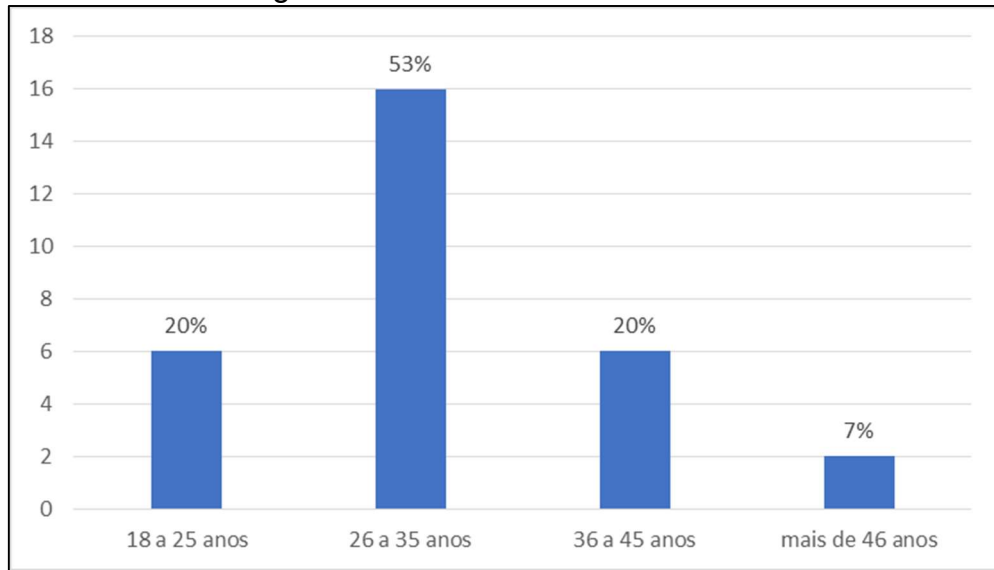


Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4.2.2 Idade

Com relação a figura 11 observa-se que 20% dos respondentes têm a idade entre 18 a 25 anos, 53% de 26 a 35 anos, 20% entre 36 a 45 anos e 7% com mais de 46 anos.

Figura 11 – Idade dos entrevistados.



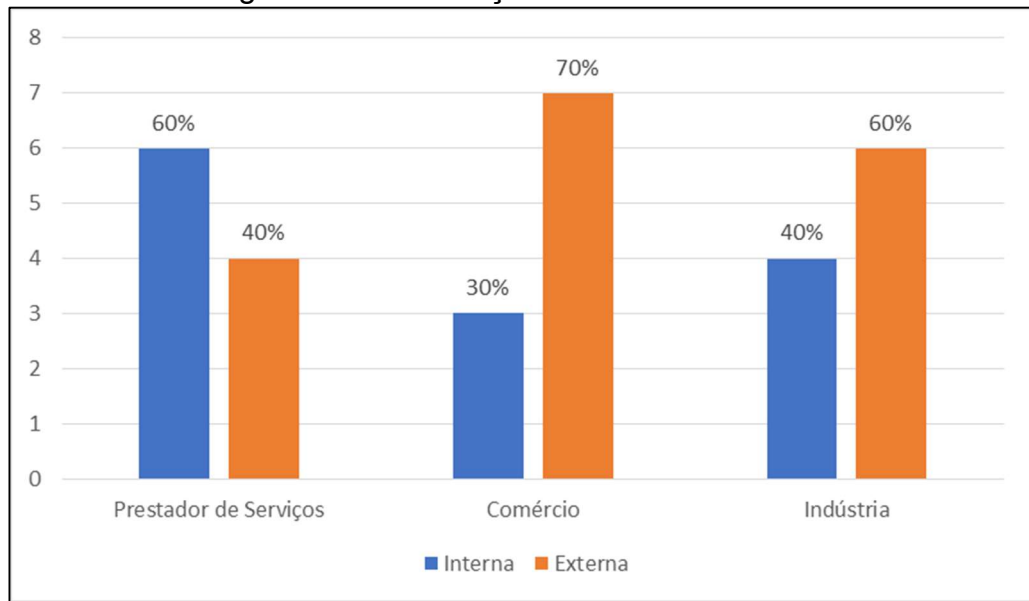
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4.2.3 Contabilidade interna e externa

Conforme a Figura 12, referente a forma geral de realização da contabilidade destas atividades, identifica-se que 13 empresas executam a contabilidade internamente e 17 externamente, resultando em percentual de 43% e 57% respectivamente.

Em uma análise por segmento, evidencia-se o ramo de prestação de serviços havendo 60% empresas com contabilidade interna e 40% utilizando a forma de contabilidade externa. No entanto, as indústrias apresentaram a segunda maior parte das contabilidades internas com 40% empresas e 60% contabilidades externas. De acordo com os dados apurados pelos respondentes do comércio, houve 30% empresas com contabilidade interna e 70% com contabilidade externa.

Figura 12 – Realização da contabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

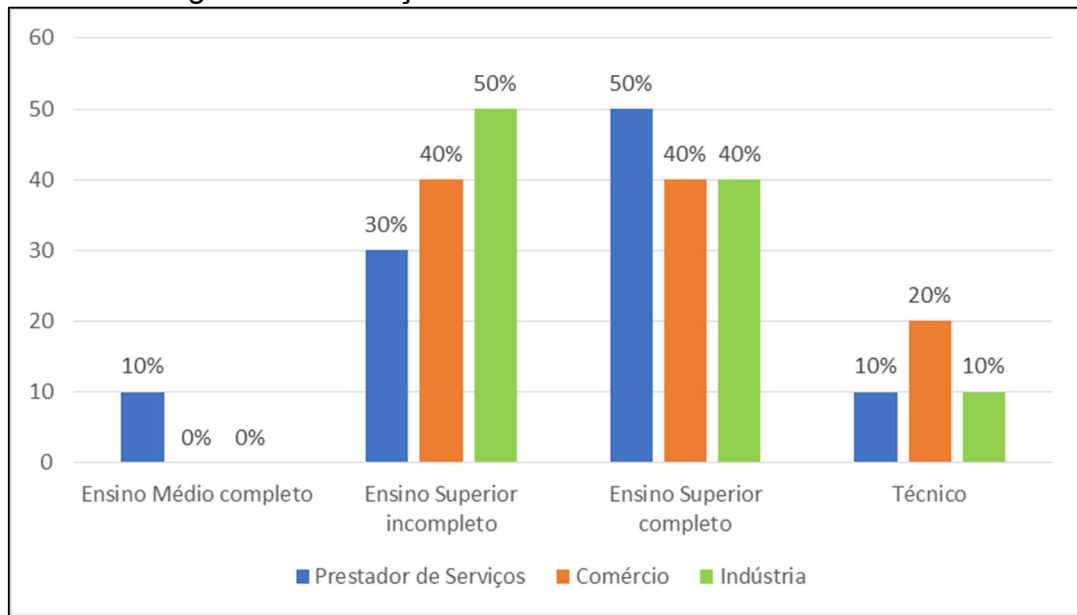
4.2.4 Relação escolaridade e ramo de atividade

De acordo com a Figura 13, ao analisar a escolaridade de cada participante do questionário com o respectivo ramo de atividade estudada, pode-se perceber que todas as atividades examinadas possuem a maior parte do quadro de funcionários com nível superior completo ou em busca desta qualificação, correspondendo 83% do total dos entrevistados.

Em destaque define-se o ramo de prestação de serviços com 50% dos profissionais qualificados com “ensino superior completo”, as indústrias informaram com 50% a alternativa “ensino superior incompleto” e para as empresas do comércio, as escolaridades predominantes registra-se “ensino médio completo” e “ensino superior incompleto”, ambas com 40% das identificações.

Identifica-se através dos dados que a prestação de serviços é a atividade, apesar da maior incidência de profissionais com graduação completa, a única a conter um profissional que apresenta “ensino médio completo” nas respostas. Com o estudo, é percebido uma relação muito baixa dos profissionais com nível técnico em relação aos que cursam ou concluíram o nível superior, correspondendo 13% do total dos entrevistados.

Figura 13 – Relação escolaridade e ramo de atividade



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4.2.5 Nível de conhecimento sobre o tema

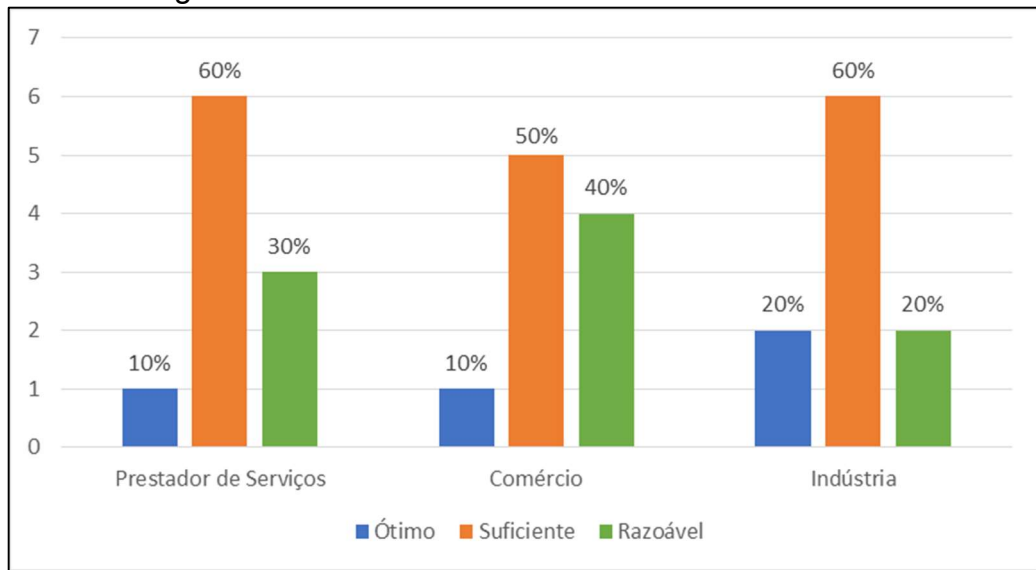
Conforme demonstrado na Figura 14, os entrevistados por ramo de atividade se classificaram em relação ao nível de conhecimento sobre o eSocial, deste modo constata-se que 57% de todos os analisados se caracterizam com um conhecimento suficiente sobre o tema, 30% deles se submetem ao nível razoável e apenas 13% se rotulam com um ótimo conhecimento sobre o tema.

Partindo destes dados, 87% de todas as respostas assinaladas reconhecem um nível de conhecimento “suficiente” ou “razoável”, destacando-se apenas 13% com uma avaliação “ótima”.

De acordo com o levantamento das pesquisas, as empresas de prestação de serviço, comércio e indústria evidenciaram seus maiores registros como suficiente, correspondendo 60%, 50% e 60% respectivamente.

Consoante as identificações, observa-se que as atividades examinadas obtiveram uma postura semelhante quanto a auto avaliação, contudo, é possível evidenciar a falta segurança dos profissionais sobre o conteúdo.

Figura 14 – Nível de conhecimento dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4.2.6 Estado de preparação quanto a execução

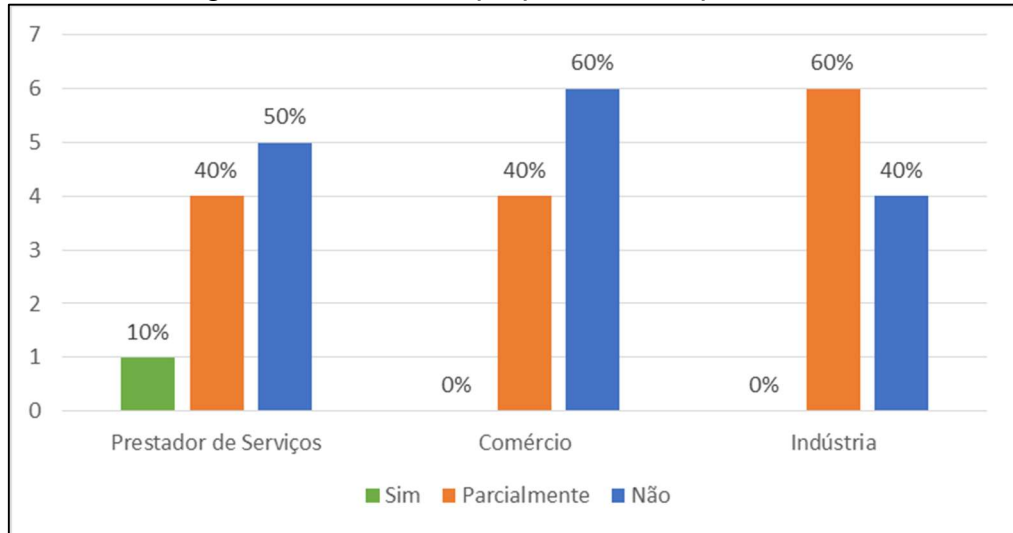
Ao verificar a Figura 15, percebe-se um impacto negativo quanto a designação dos mesmos ao serem questionados sobre o sentimento de preparação para executar a obrigatoriedade.

Em aspecto global, é predominante a afirmação que os empregadores e profissionais da área não estavam preparados para as mudanças de procedimentos internos exigentes pelo eSocial, somando 50% do total dos 30 profissionais examinados. Em seguida a resposta “parcialmente” demonstra 47% dos respondentes.

Percebe-se simetria entre os resultados obtidos individualmente nas atividades exploradas, onde 60% das indústrias e comércios e 50% dos prestadores de serviços respondem “não”, 40% de cada atividade identificaram “parcialmente” e 10% dos prestadores de serviços registram “sim”.

Com o levantamento dos dados, constata-se que 97% das empresas analisadas sentiram-se parcialmente ou não estar preparadas para a realização do trabalho.

Figura 15 – Nível de preparo dos respondentes

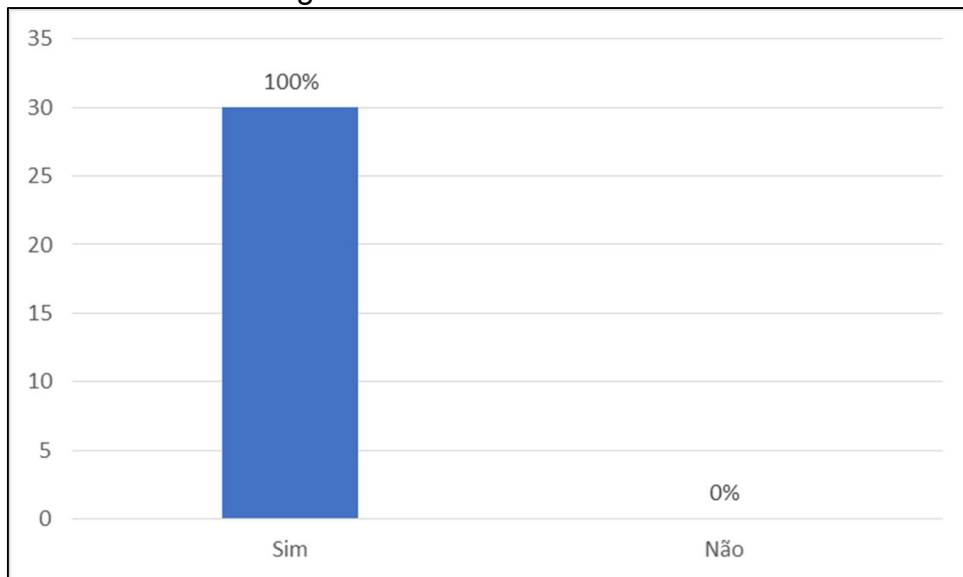


Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4.2.7 Interação ao eSocial

Partindo do gráfico elaborado dos dados da pesquisa sobre a interação dos profissionais com o novo módulo do SPED, 100% das atividades expressaram a resposta “sim” em relação a busca de conhecimento. O resultado é apresentado na figura 16.

Figura 16 – Contato ao eSocial



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

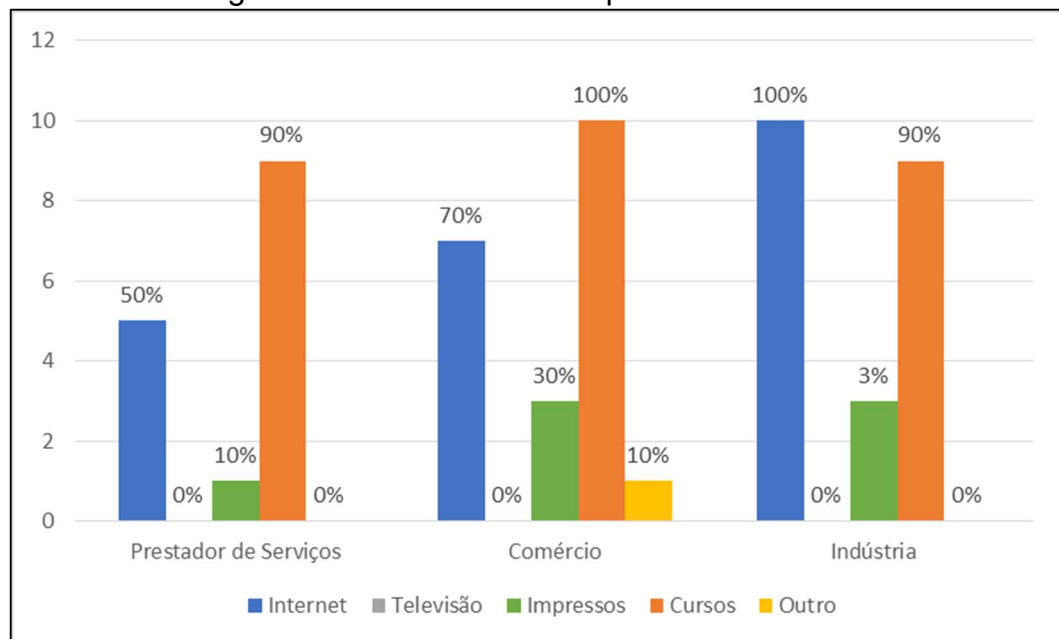
4.2.8 Meios de conhecimento

Em análise a Figura 17, percebe-se que dentre os 30 entrevistados houve 28 registros na opção “cursos”, resultando 93% das identificações como meio de conhecimento do novo programa do Sped. Seguindo por 22 respostas, elegendo com 73% a segunda forma de compreensão, o uso da internet como ferramenta de busca para qualificação.

As atividades empresariais pelo ramo industrial identificaram 90% em “cursos” e 100% em “internet”, o comércio registrou 100% em “cursos” e 70% em internet e os prestadores de serviços com 90% em “cursos” e 50% em internet”.

Como questionamento permitiu que os entrevistados assinalassem mais de uma alternativa para demonstrar o modo de busca do entendimento, é reconhecido uma grande diferença no total de respostas quanto a utilização da internet em relação ao uso de impressos. Em relação a busca por meios impressos houve apenas 7 identificações e o consumo pela internet é destacado por 22 entrevistados. Sendo assim, esta diferença significativa é percebida por Sebold *et al.* (2012), onde fundamenta que após a década de 80 houve um crescimento no uso de computadores ligados às áreas administrativas, contábil e financeira das empresas.

Figura 17 – Meios de busca pelo conhecimento



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4.2.9 Leitura do manual de orientação

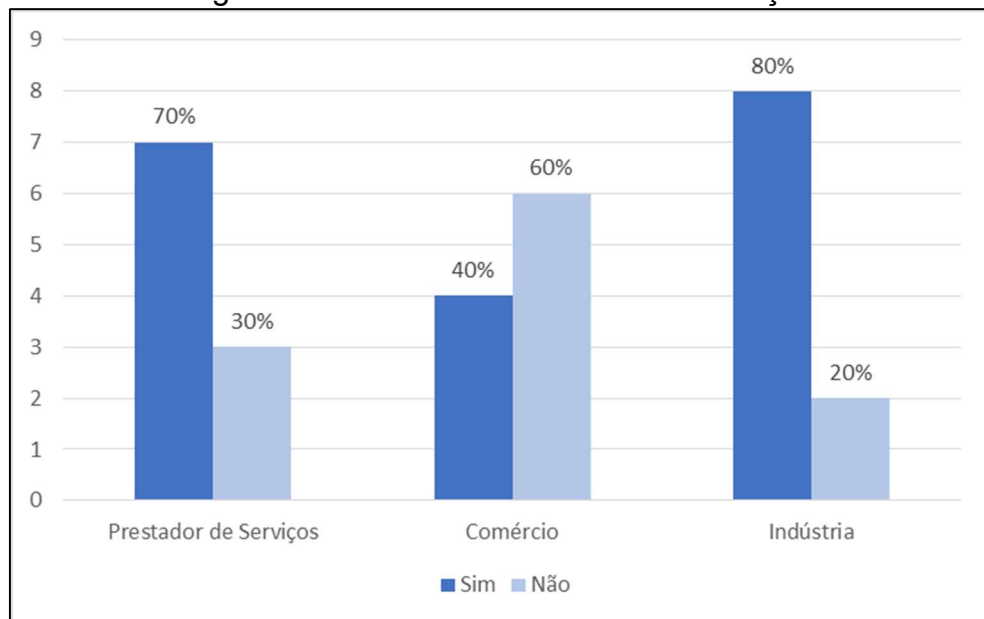
Para atendimento da condução do módulo é disponibilizado pelo Governo Federal o manual de orientações. Neste documento possui tendências a serem seguidas para obter melhor desenvolvimento pelos usuários do programa.

Reconhece-se, de forma global, 19 confirmações para a resposta “sim” em relação a leitura do manual de orientação, resultando em 63% dos entrevistados.

Por meio da apuração do resultado das respostas obtidas, observa-se que 80% indústrias estudadas apresentaram ter consumido o manual, acompanhado pela atividade prestadora de serviço com 70% afirmações positivas e seguida pelo comércio com 40% dos leitores do material.

Destes dados pode-se ressaltar a atividade do comércio com menor número de leitores do material disponibilizado, identificando 60% respostas negativas em relação a ter lido o manual. O resultado obtido está evidenciado na Figura 18.

Figura 18 – Leitura do manual de orientação



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

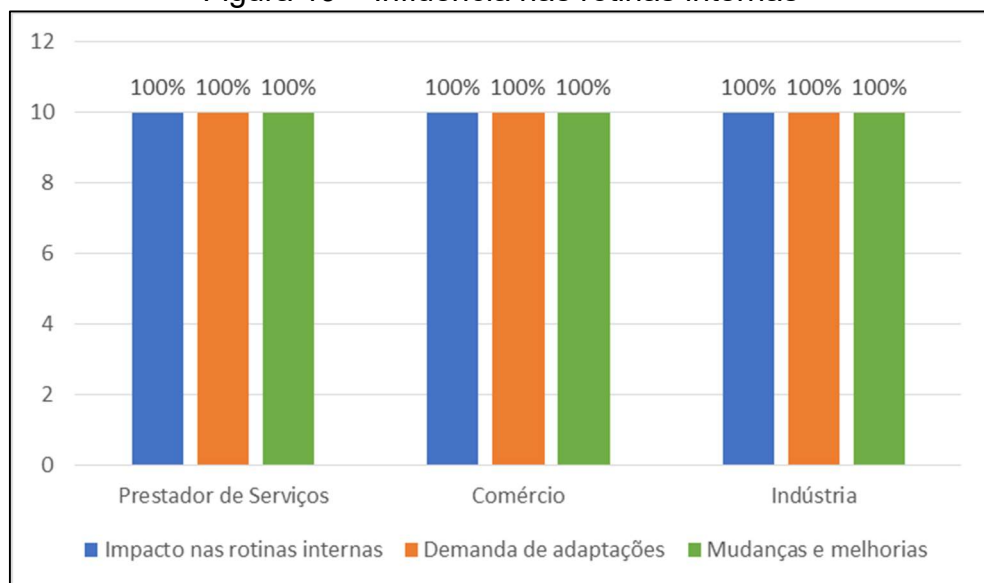
4.2.10 Impacto nas rotinas internas

Perante a matéria publicada por Tocchio (2014), foram necessárias algumas alterações organizacionais das empresas para se adequar ao módulo, pois impactará na forma como se admite um colaborador, o reconhecimento das férias, mudanças de

funções, promoções, desligamento, entre outras situações da jornada profissional.

Com embasamento no pronunciamento do autor, é alcançado uma série de dados onde constata-se um percentual de 100% em relação a resposta “sim” para cada atividade estudada ao questionar se “houve impacto nas rotinas internas no setor pessoal da organização”, “a implementação do eSocial demandou algum tipo de adaptação na organização” e se “está sendo ou foi realizado alguma mudança/melhoria para atender a obrigação”. Dados apresentados na Figura 19.

Figura 19 – Influência nas rotinas internas



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4.2.11 Tipos de mudanças e melhorias

A questão relacionada aos modelos de mudanças e melhorias encontradas pelas empresas analisadas pode ser assinalado várias opções para explorar o máximo dos resultados.

Utilizando os dados do questionário aplicado evidencia-se, de forma geral, as alternativas com maior ocorrência de registros. Sendo a “qualificação/capacitação da mão de obra” com 27 identificações, procedendo o total de 90%. Em seguida, a “revisão dos procedimentos administrativos e legais” demonstrando 25 reconhecimentos, somando 83% dos entrevistados. Logo após, encontra-se a “aquisição de software, suporte e melhores equipamentos” com 16 respostas, correspondendo 53% de todos os respondentes.

As informações obtidas demonstram que a área da indústria apresenta 90%

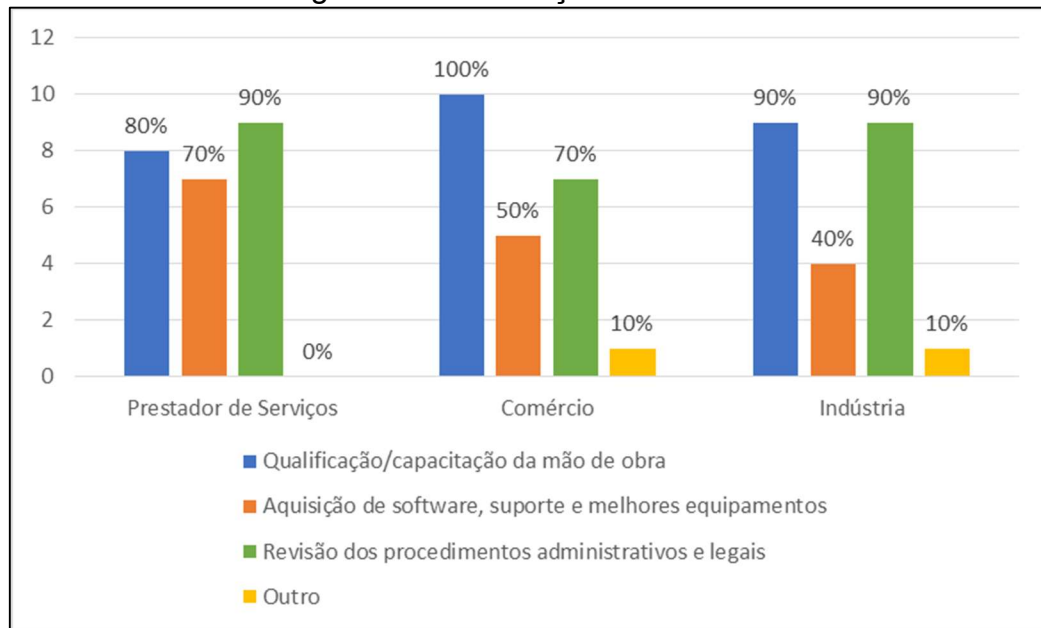
das evidências em “qualificação/capacitação da mão de obra” e 90% em “revisão dos procedimentos administrativos e legais”. No entanto para o comércio, o levantamento apresenta 100% dos registros em “qualificação/capacitação da mão de obra” e 70% em “revisão dos procedimentos administrativos e legais”. Em análise aos prestadores de serviços, 70% identificam a “qualificação/capacitação da mão de obra” e 90% em “revisão dos procedimentos administrativos e legais”

Ao relacionar as análises é perceptível por todos os ramos de atividades estudadas a maioria das identificações em relação a “qualificação/capacitação da mão de obra” e “revisão dos procedimentos administrativos e legais”, correspondendo respectivamente 38% e 36% do total de respostas do questionamento. Sendo assim, este fato é constatado por Müller, Godoy Filho e Martins (2017), onde salientam existir certa insegurança por parte dos profissionais, quanto à apropriada aplicação dos procedimentos estabelecidos na legislação, em função das inúmeras exigências trazidas pelo eSocial.

Pode-se destacar que esta insegurança trazida pelos autores também é compreensível quanto aos dados levantados nos gráficos anteriores sobre a auto avaliação do nível de conhecimento do módulo e se estavam preparados, onde 87% se consideram com um conhecimento “suficiente ou razoável” e 97% não se sentirem preparados para execução.

Desta forma, pode-se perceber o empenho designado pelos ramos de atividades estudadas e concretiza-se a citação expressada por Tocchio (2014) quanto a necessidade de mudanças para se adequar com a demanda. O resultado apurado está evidenciado na Figura 20.

Figura 20 – Mudanças e melhorias



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

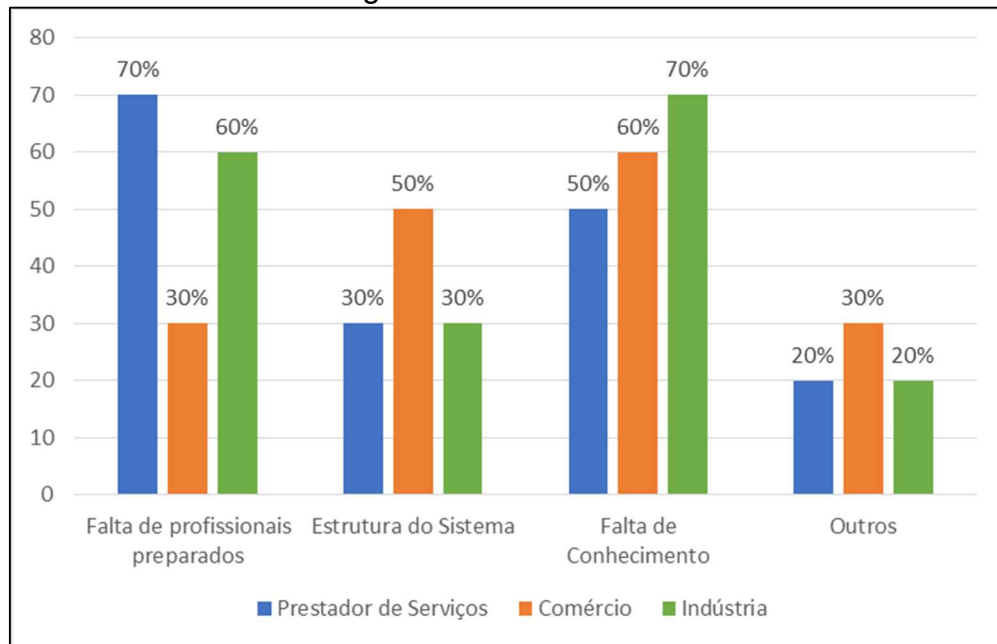
4.2.12 Dificuldades obtidas

Ao proceder a análise quanto a dificuldade para executar o módulo é possível determinar através de múltiplas respostas, onde primeiramente questiona-se a realidade de conflitos para se adequar ao eSocial, a concordância dos 30 profissionais averiguados em relação existência de problemas. Em face disso, podemos retratar os apontamentos de todos os profissionais e de cada ramo de atividade explorada.

De modo geral, percebe-se a maior indicação nos pontos referente a “falta de conhecimento” com 18 registros e 16 apontamentos quanto a “falta de profissionais preparados”, correspondendo o total de 60% e 53% por essa ordem. Para os problemas mencionados a “estrutura do sistema” está presente nos dados com 11 reconhecimentos, equivalendo a 37%. Em relação a alternativa “outros” há observações de problemas com cadastros dos colaboradores registrados nas empresas e documentos incorretos.

A fim de uma análise por segmento, demonstra-se que as empresas de atividade industrial e comercial apresentaram maior evidência quanto a “falta de conhecimento”, com 70% e 60% apontamentos respectivamente. Por outro lado, 70% empresas prestadoras de serviços identificaram-se com a resposta “falta de profissionais preparados”. O resultado obtido está demonstrado na figura 21.

Figura 21 – Dificuldades



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

4.2.13 Principal impacto

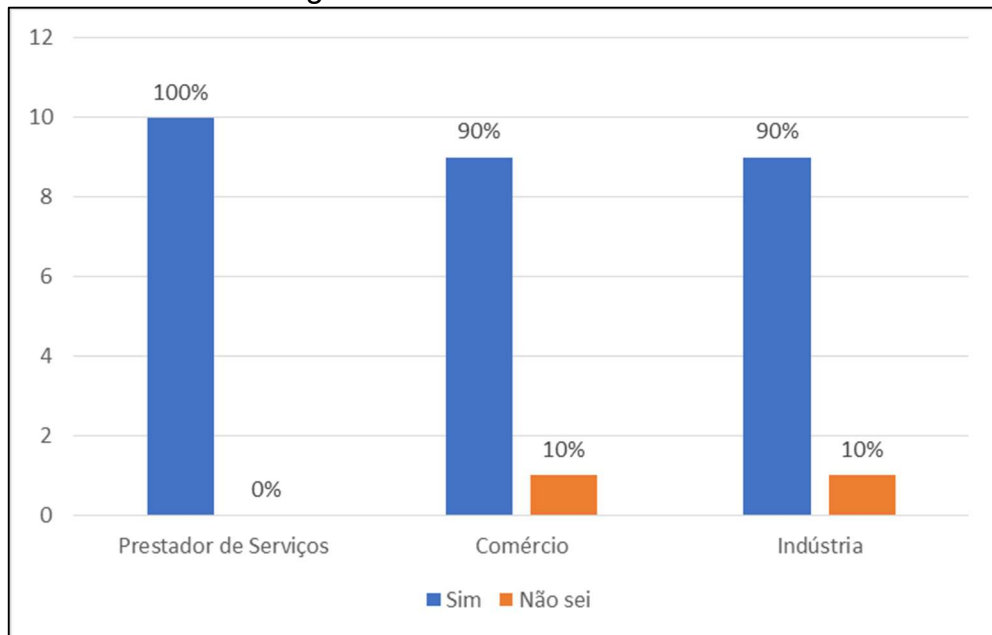
O estudo decorrente das informações coletadas pode verificar, em exploração global e por segmento, o questionamento sobre o empecilho cultural adquirido através dos anos pelos empregadores e profissionais da área.

Para 28 dos 30 respondentes, somando-se 93% dos entrevistados, o aspecto da resistência cultural é definido como o principal impacto causado pela exigência do módulo eSocial.

A partir da análise por segmentos, corresponde a resposta “sim” em 90% dos registros das atividades do comércio e 90% pela indústria. Entretanto, as empresas de prestação de serviço elegeram a alternativa “sim” com 100% das identificações.

Estes dados são previamente detectados por Chiavenato (2014), onde o autor encontra problemas no fator cultural no que diz respeito às rotinas exercidas no departamento pessoal. Da mesma forma, Batista (2015) aponta que parte dos empregadores sofreriam um o impacto cultural frente ao cumprimento da legislação trabalhista regida pela CLT. O resultado encontrado está evidenciado na Figura 22.

Figura 22 – Resistência cultural



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

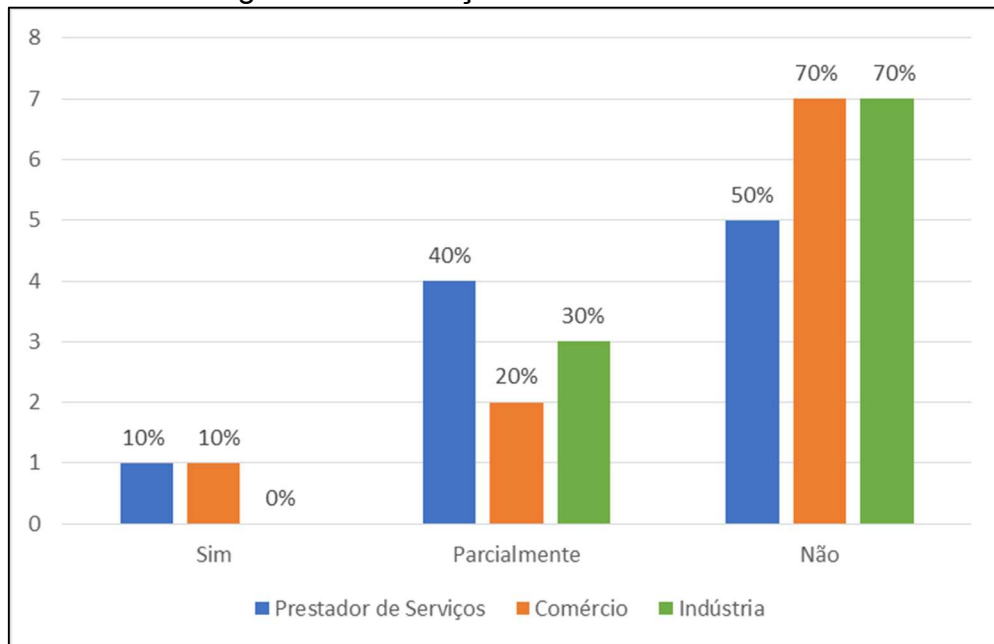
4.2.14 Fluxo de trabalho

Por fim, com base no levantamento das informações adquiridas, pode-se averiguar a análise quanto ao fluxo de trabalho com a implantação do eSocial. No gráfico elaborado é demonstrado as respostas “não”, “parcialmente” e “sim” ao questionar a ocorrência da redução no fluxo de trabalho das atividades.

Analisando em um ambiente global, 63% das identificações das atividades informam não ter reduzido o fluxo de trabalho, correspondendo 19 reconhecimentos dos 30 entrevistados. De acordo com a alternativa “parcialmente”, registrada por 9 respondentes, demonstra que 30% das identificações não houve alteração significativa quanto a demanda de trabalho. Por outro lado, apenas 7% reconheceram que diminuiu o fluxo de trabalho dentro do ambiente do ambiente profissional, sendo destas atividades 1 empresa prestadora de serviço e 1 comércio.

Quanto ao estudo específico dos ramos examinados, a resposta “não” destaca-se 70% pela atividade industrial e 70% pelas empresas do comércio, seguindo pelo ramo de prestação de serviço mensurando 50% na opção “não” em relação a redução de trabalho. O resultado obtido está evidenciado na figura 23.

Figura 23 – Redução no fluxo de trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante a realidade enfrentada pelos profissionais da classe contábil é compreensível o crescimento de maiores responsabilidades em suas funções. Sendo uma destas o módulo eSocial, oriunda do SPED, visando a eficácia nas rotinas trabalhistas em unificar as informações e combater fraudes. Deste modo, transformando o profissional da área em um intermediador entre o fisco e os contribuintes, onde busca ao mesmo tempo suprir a necessidade de ambos, bem como todas as exigências, transmitindo as informações e se adequando as mudanças.

Portanto, o objetivo geral deste estudo consiste em identificar os impactos que o eSocial provocou nos controles internos das empresas de Montenegro/RS, buscando meios de melhorar a eficiência desses processos. Para isso, a pesquisa examinou as atividades da prestação de serviço, comércio e indústria, onde procurou entender as exigências demandadas pelo Governo para implementação do eSocial e quais as suas interferências dentro do ambiente de trabalho executada pelos profissionais da área. Em vista disso, ocorre os objetivos específicos abrangendo a análise.

Com relação ao primeiro objetivo, que era de descrever através de levantamento bibliográfico requisitos necessários para as empresas entregar o eSocial, o estudo apurou dados através da pesquisa bibliográfica de acordo com o cronograma estabelecido com os grupos para a realização do eSocial, sendo estes de acordo com o regime tributário, faturamento e datas vigentes relacionados aos eventos de tabelas, não periódicos e periódicos.

Conforme o segundo objetivo proposto, que seria verificar se os controles internos das empresas foram impactados com a implementação do eSocial, a pesquisa se aplicada por meio de um questionário onde é evidenciado, por unanimidade entre os entrevistados, a concepção em relação ao impacto nas rotinas internas do setor pessoal e a demanda de adaptação para execução da mesma. Desta forma, ressalta-se a resistência cultural como fator primordial em relação ao impacto da obrigatoriedade, sendo este relacionado a conduta do empregador e profissional ao aplicar via de regra a legislação trabalhista, englobando de forma geral os procedimentos internos.

Através do terceiro objetivo, que era descrever quais controles internos das empresas estiveram sujeito a mudanças em virtude da implantação do eSocial, todos

os entrevistados identificaram estar sendo ou ter sido realizado alguma mudança ou melhoria para atender a obrigação. Destes, é perceptível com maior evidencia os apontamentos direcionados a qualificação e capacitação da mão de obra, seguindo pela revisão dos procedimentos administrativos e legais e encerrando com a aquisição de software, suporte e melhores equipamentos. Em vista disto, demonstra-se a procura adequada para a aplicação dos procedimentos afim atender o estabelecido na legislação.

Além disso, através dos dados coletados pela pesquisa pode-se observar que todas as empresas, apesar de confirmarem a realização de melhorias nos procedimentos, afirmam que houve dificuldade no processo de implantação, mas que a entrega das informações é atendida dentro do prazo estipulado. Entretanto, não é possível mensurar qual atividade obteve melhor preparo para adaptação, devido ao fato de cada uma das organizações procuraram encontrar as melhores maneiras para implementar o eSocial através de suas necessidades específicas.

Assim sendo, conclui-se que o estudo auferiu os objetivos propostos e respondeu ao problema de pesquisa, sendo o reflexo do eSocial nas rotinas internas perante ao cumprimento do prazo e das determinações conforme é descrita em lei, partindo do declarante no qual estará sendo fiscalizado constantemente onde é atribuído multas e indenizações a pessoa jurídica responsável pelo colaborador.

Por fim, no que se refere a ocasião de estudos futuros, este trabalho deixa em aberto a oportunidade de verificar o andamento e problemas apresentados ao decorrer da execução dos procedimentos internos em relação as contabilidades internas e externas, e ainda uma análise abrangendo uma quantidade maior de empresas exercendo as atribuições do eSocial nas organizações.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, S. A. **O impacto da eSocial nas organizações empresariais e contábeis**. 2015. Disponível em: <https://samuelalvesbatista.jusbrasil.com.br/artigos/316718721/o-impacto-da-esocial-nas-organizacoes-empresariais-e-contabeis>. Acesso em: 05 set. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Decreto/D6022.htm. Acesso em: 09 out. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm. Acesso em: 20 set. 2018.
- BRASIL. **Decreto no 6022 de 20 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm. Acesso em: 9 out. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014**. Institui o Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014**. Institui o Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRASIL. **Senado Federal**. Carta a D. João VI. 1820. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242804/000142472.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 out. 2018.
- BREDA, Z. I. **Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na Contabilidade**. 2018. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/>. Acesso em: 08 out. 2018.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **eSocial**. 2018. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/empresa/e-social/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 10 out. 2018.
- CARVALHO, Z. **Realização de Sescon RJ**. Rio de Janeiro: Sescon RJ, 2015.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. Barueri: Manole, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Legislação da Profissão Contábil**. 3. ed. Brasília, Df: Sas, 2008. 276 p. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/11/legislacao.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

COSTA, A. G. *et al.* A influência do SPED na atuação do profissional de contabilidade. 2013. Disponível em: <http://www.sinescontabil.com.br/trabalhos/arquivos/32d37de658c4509f65f08b8a350945db.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

COSTA, A. Q. M.; SANTOS, L. S. S.; ASSUNÇÃO, U. S. Fatores importantes na preparação das empresas contábeis na região metropolitana de Belém para adequação do SPED SOCIAL: uma análise na perspectiva dos empresários contábeis. **Revista de Administração e Contabilidade-RAC**, v. 2, n. 3, p. 1-24, 2015.

COTRIN, A. M.; SANTOS, A. L.; JUNIOR, L Z. A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista. **Revista Conteúdo**, v. 2, n. 01, p. 44-66, 2012.

CRCMG. **História da Contabilidade**. 2018. Disponível em: <http://www.crcmg.org.br/conteudo/ver/id/17/historia-da-contabilidade>. Acesso em: 19 set. 2018.

CRUZ, C. G. C.; SILVA, A. P. **Fragmentos da história da contabilidade: da antiguidade a Luca Pacioli**. 2001. Disponível em: <http://www.ocontador.jex.com.br/contabilidade/fragmentos+da+historia+da+contabilid ade+da+antiguidade+a+luca+pacioli+>. Acesso em: 20 set. 2018.

DUARTE, R. D. **Impacto do eSocial nas Organizações Contábeis**. 2014. Disponível em: <https://www.robertodiasduarte.com.br/impacto-do-esocial-nas-organizacoes-contabeis/#.W9YhHPZFzIU>. Acesso em: 10 out. 2018.

FecomercioSP. **Avanço da Tecnologia Influencia Cada Vez Mais as Relações De Trabalho**. 2015. Disponível em: <http://www.fecomercio.com.br/noticia/avanco-da-tecnologia-influencia-cada-vez-mais-as-relacoes-de-trabalho>. Acesso em: 05 out. 2018.

FENACON. **Descumprimento do eSocial Gera Penalidades: Multas pelo não cumprimento das obrigações previstas em lei serão aplicadas automaticamente**. 2018. Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/noticias/descumprimento-do-esocial-gera-penalidades-3449/>. Acesso em: 26 out. 2018.

FILHO, J. G. P.; KRUGER, S. eSocial - Modernidade na Prestação de Informações ao Governo Federal. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 1, n. 223, p. 90, fev. 2017.

FILIPIN, R. *et al.* Impactos e benefícios da implantação do EFD social para os profissionais de escritórios de contabilidade. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 17, n. 2, p. 368-383, 2016.

FIGLIANO, A. P.; BÔAS, G. K. E. V.; MORAES, L. S. **Auditoria interna: a importância dos controles internos no setor de recursos humanos como ferramenta para prevenir e minimizar os riscos trabalhistas.** Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_paulinha_2_pdf_0.pdf. Acesso em: 04 set. 2018.

FONTE, D. B. **Coordenador de sistemas da atividade fiscal da receita federal esclarece dúvidas sobre o e-Social.** In: Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, p. 12-14, 2014.

FRANCO JUNIOR, A. M. **Contabilidade Geral I - Teoria: Para os Cursos de Contábeis e Administração.** 2010. Disponível em: <https://cotemar.com.br/wp-content/uploads/2017/01/contabilidade.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

GASPARIN, C. **eSocial – Versão 2.1 – Parte I: desenvolvimento, objetivos, obrigações, ambientes, certificado digital, classificação.** ECONET Editora Empresarial LTDA. Disponível em: http://www.econeteditora.com.br/boletim_trabalhista_previdenciario/trab-15/Boletim23/dir_trab_esocial.php. Acesso em: 18 out. 2018.

GERON, C. M. S. *et al.* SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 5, n. 2, p. 44-67, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HEINEN, A. C.; SCHUH, C.; LENZ, E. J. eSocial: um estudo da prática trabalhista nos escritórios contábeis. In: **XVI Convenção de Contabilidade do Rio Grande Do Sul**, 2017, CRC RS, 2017. p. 3 - 7.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

HOLANDA, I. **O Impacto do eSocial para os gestores de pessoas.** 2017. Disponível em: <http://fenacon.org.br/noticias/o-impacto-do-esocial-para-os-gestores-de-pessoas-2598/>. Acesso em: 17 set. 2018.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade.** 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2004

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

JORNAL CONTÁBIL. **Penalidades com a Chegada Do eSocial.** 2018a. Disponível em: https://www.jornalcontabil.com.br/penalidades-com-a-chegada-do-esocial/#.W9TeL_ZFyP9. Acesso em: 16 set. 2018.

JORNAL CONTÁBIL. **Quais São as Penalidades com a Chegada do eSocial?** 2018b. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/quais-sao-as-penalidades-com-a-chegada-do-esocial-conheca-as-infracoes-e-suas-multas/#.W9ZJYfZFzIW>. Acesso em: 25 set. 2018.

JÚNIOR, V.; NASCIMENTO, I. Evolução e desenvolvimento da teoria da contabilidade: contexto histórico. **Revista Ambiente Contábil**, v. 1, n. 1, p. 39-48, 2009.

KLEIN, A. Z. *et al.* **Metodologia de Pesquisa em Administração**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2015.

LEITE, C. E. B. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LINS, M. **A importância do controle interno na administração pública e sua busca por uma gestão pública eficaz**. 2012. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=9532. Acesso em: 15 set. 2018.

LOPES, A. C. T. **Temas da doutrina científica da contabilidade**. São Paulo: Biblioteca24horas, 2009.

LUZ, E. E. **Teoria da contabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

MALAGODI, E. **O que é materialismo dialético**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1995.

MANDEL, A.; SIMON, I.; DELYRA, J. L. Informação: computação e comunicação. **Revista USP**, v. 1, n. 1, p. 10-45, 1997.

MANN, H. S. K.; HOFFMAM, R. C. **A Implantação do eSocial Sob a Ótica dos Profissionais de RH Das Cooperativas Agropecuárias de Ponta Grossa-PR**. 2015. Disponível em: www.admpg.com.br/2015/down.php?id=1837&q=1. Acesso em: 22 out. 2018.

MANOEL, V. *et al.* **Escrituração contábil digital**: consequências, benefícios e a evolução da profissão contábil. 2011. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_15_1321048316.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

MELO, J. S. C. A evolução das ciências contábeis no Brasil. **Rev. Adm. Contemp., Curitiba**, v. 9, n. 4, p. 205, 2005.

MÜLLER, A. C.; GODOY FILHO, A. R.; MARTINS, Z. B. Dificuldades para Implantação do eSocial nas Organizações Contábeis. **Anais da Semana Científica e de Extensão do Centro de Ciências Sociais Aplicadas-Gestão**, v. 3, n. 1, p. 1-22, 2017.

OLIVEIRA, L. S.; SANTANA, T. P.; MARTINS, Z. B. Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 18, n. 2, p.41-53, . 2017

OLIVEIRA, M. R.; SILVA, T. L.; FEITAL, J. C. C. **A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho**. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/255933-A-evolucao-da-contabilidade-e-o-mercado-de-trabalho-marcos-roberto-de-oliveira-1-thiago-lobes-da-silva-2-joao-carlos-de-campos-feital-3.html>. Acesso em: 18 set. 2018.

PACHECO FILHO, J. G.; KRUGER, S. eSocial-Modernidade na Prestação de Informações ao Governo Federal. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 223, p. 90-90, 2017.

PIZARRO, L. **eSocial pode gerar multa para empresa que não se preparar**. 2017. Disponível em: <<http://fenacon.org.br/noticias/esocial-pode-gerar-multa-para-empresa-que-nao-se-preparar-2809/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

PIZARRO, L. **eSocial pode gerar multa para empresa que não se preparar**. 2017. Disponível em: <http://fenacon.org.br/noticias/esocial-pode-gerar-multa-para-empresa-que-nao-se-preparar-2809/>. Acesso em: 12 set. 2018.

PORTAL ESOCIAL. **Conheça o eSocial**. 2017. Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em: 12 out. 2018.

PORTAL SPED. **Apresentação**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>. Acesso em: 9 out. 2018a.

PORTAL SPED. **Benefícios**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/965>. Acesso em: 9 out. 2018b.

PORTAL SPED. **Histórico**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>. Acesso em: 9 out. 2018c.

PORTAL SPED. **Objetivos**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967>. Acesso em: 9 out. 2018d.

PORTAL SPED. **Premissa**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/969>. Acesso em: 9 out. 2018e.

PORTAL SPED. **Universo de atuação**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/970>. Acesso em: 9 out. 2018f.

REIS, A. J.; SILVA, S. L. A história da contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 11, n. 1, p. 1-13, 2008.

REZENDE, M. E. T.; SILVA, M. L.; GABRIEL, R. A. **eSocial Prática para Gestores**. São Paulo: Saraiva, 2015.

RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

RUSCHEL, M. E.; FREZZA, R.; UTZIG, M. J. S. O impacto do SPED na contabilidade: desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 10, n. 29, p. 9-26, 2011.

SÁ, A. L. **Introdução à teoria da contabilidade**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1996

SÁ, A. L. **Lucas Paccioli: um mestre do Renascimento**. 2ª. Edição. Brasília, DF: Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC, 2004.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SEBOLD, M. *et al.* Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 2, p.23-32, 2012.

SILVA FILHO, G. M.; SILVA FILHO, P. A. M. Nível de conhecimento dos contadores em relação ao Sped: um estudo exploratório por meio da teoria de resposta ao item. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 65, p. 28-39, 2016.

SILVA, B. A. **Contabilidade e meio ambiente**. São Paulo: Annablume/fapesp, 2003.

SILVA, C. D.; PINHO, J. C. **Sistema público de escrituração digital Sped fiscal: uma nova sistemática na profissão contábil**. 2013. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/4c2b1ff649bb22cd9ab74649a788687c.pdf>. Acesso em 09 out. 2018.

SILVA, S. E. S. P.; COSTA, S. T. F.; SILVA, C. R. A evolução da escrituração contábil à era digital, com foco na escrituração contábil digital e escrituração contábil fiscal: desafios dos contadores no cenário atual. **Revista Saber Eletrônico On-line**, v. 3, n. 8, p. 19–56, 2017.

SOARES, S. V. *et al.* Evolução do Currículo de Contabilidade no Brasil Desde 1809. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 10, n. 30, p. 27-42, 2011.

TOCCHIO, L. **eSocial – Impactos e Mudanças nas empresas**. 2014. Disponível em: <http://www.rhevistarh.com.br/portal/?p=12679>. Acesso em: 16 set. 2018.

VELLUCCI, R. G. *et al.* Os desafios da implantação do eSocial. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 12, n. 1, p. 67-78, 2018.

YOSHITAKE, M. *et al.* **eSocial: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas**. 2015. Disponível em: <http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/10%20eSocial.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

ZANIN, A. *et al.* Fatores dificultadores na fase pré-implantação do e-social na concepção de instituições comunitárias de ensino superior de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 10, n. 2, p. 189-209, 2017.

ZUFFO ASSESSORIA CONTÁBIL. **Guia prático eSocial**. Disponível em: <http://www.zuffocontabilidade.com.br/guia-pratico-esocial/>. Acesso em: 05 out. 2018

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Este é um instrumento de coleta de dados cujas respostas serão utilizadas na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Lucas Araujo da Silva, aluno do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul (UCS), orientando do Prof. Diego Luís Bertollo. O estudo objetiva identificar os reflexos da implementação do eSocial nas empresas do Vale do Caí/RS. Cabe salientar que as respostas fornecidas somente serão divulgadas sob aspecto global, nunca de forma específica ou se reportando a um dos respondentes em especial.

Agradeço, desde já, pela sua atenção e importante colaboração.

1 - Idade:

- 18 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- Mais de 46 anos

2 - Gênero:

- Masculino
- Feminino

3 - Escolaridade:

- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Técnico
- Mestrado/Doutorado

4 - Qual sua área de atuação na empresa?

- Gerencial
- Setor Pessoal/Recursos Humanos
- Outros _____.

5 - Quanto tempo de atuação você possui na área respondida na questão anterior?

- 0 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- Mais de 16 anos

6 - Quantos anos de atividade a empresa possui de atuação?

- 0 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- Mais de 16 anos

7 - Como é realizada a contabilidade da organização?

- Interna
- Externa

8 - Quando ouviu falar pela primeira vez acerca do eSocial?

- Antes do ano de 2015
- Em 2016
- Em 2017
- Em 2018
- Nunca ouviu falar

9 - Você já se inteirou sobre o eSocial?

- Sim
- Não

10 - Se a resposta anterior foi sim, qual meio de conhecimento utilizado? Pode ser assinalado mais de uma alternativa.

- Internet
- Televisão
- Impressos (jornal/revistas/livros)
- Cursos
- Outros _____.

11 - Você leu o manual do eSocial?

- Sim
- Não
- Em parte

12 - Participou de algum curso, treinamento, aperfeiçoamento ou capacitação sobre o eSocial?

- Sim
- Não

13 - Você concorda que o Manual de Orientação do eSocial apresenta todas as orientações necessárias para que o profissional contábil cumpra com as normas estabelecidas?

- Concordo
- Discordo
- Em partes
- Não sei opinar

14 - Como você avalia seu nível de conhecimento sobre o eSocial?

- Ótimo
- Suficiente
- Razoável
- Insuficiente
- Não consegue avaliar

15 - Os empregadores e profissionais da área estavam preparados para as mudanças de procedimentos internos exigentes pelo eSocial?

- Sim
- Parcialmente
- Não
- Não sei

16 - Existe problemas para se adequar ao eSocial?

- Sim
- Não

17 - A implementação do eSocial demandou algum tipo de adaptação na organização?

- Sim
- Não

18 - Pode se afirmar que houve alterações nas rotinas internas no setor pessoal da organização?

- Sim
- Não

19 - Está sendo ou foi realizado alguma mudança/melhoria para atender esta obrigação?

- Sim
- Não

20 - Se a resposta anterior for sim, que mudanças/melhorias está sendo promovida para implementação do eSocial? Pode ser assinalado mais de uma alternativa.

- Qualificação/capacitação da mão de obra
- Aquisição de software, suporte e melhores equipamentos
- Revisão dos procedimentos administrativos e legais
- Outros _____.

21 - Quais as maiores dificuldades encontradas pela sua empresa, para atender o eSocial? Pode ser assinalado mais de uma alternativa.

- Falta de profissionais preparados
- Estrutura do Sistema
- Falta de Conhecimento
- Outros _____.

22 - O principal impacto causado pela exigência do módulo eSocial pode estar relacionado com a questão cultural da empresa?

- Sim
- Não
- Não sei

23 - Na sua opinião, o eSocial reduziu e poderá reduzir mais a informalidade e a prestação das informações trabalhistas e previdenciárias?

- Sim
- Parcialmente
- Não
- Não sei

24 - No seu ponto de vista, o eSocial diminui o fluxo de trabalho ou atividades dos contadores e profissionais do setor pessoal?

- Sim
- Parcialmente
- Não
- Não sei

25 - Na sua opinião, o eSocial trouxe/trará mais vantagens ou desvantagens para os contribuintes?

- Vantagens
- Desvantagens

26 - A empresa consegue atender o eSocial no prazo estabelecido?

Sim

Não

27 - Se a resposta anterior for não, descreva abaixo qual o motivo.
